

VOL. 3, Nº 2, 2022



Conexões Internacionais

REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

CONSELHO EDITORIAL

Docentes

José Romero Pereira Júnior
Camilla Sara Gonçalves Cunha
Danilo Borges Dias
Jean Santos Lima

Discentes

Anna Karolline da Silva Bastos
Giovanna Castro Gonçalves

EQUIPE TÉCNICA

Design

Felipe Sousa Modesto
Laura Vendruscolo
Thiago Monteiro Dias Rocha

Diagramação

Anna Karolline da Silva Bastos
Giovanna Castro Gonçalves

Editora júnior

Giovanna Castro Gonçalves

Editor adjunto

Jean Santos Lima

Editor geral

José Romero Pereira Júnior

Os artigos publicados nesta revista são de inteira
responsabilidade de seus autores e não representam
necessariamente a posição da revista, da Universidade
Católica de Brasília ou do RI - UCB.



EDITORIAL

A Coordenação do curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, em conjunto com o corpo estudantil, tem a honra de anunciar o lançamento do Vol. 3 N°2 da Conexões Internacionais.

Concluímos mais uma edição desta revista com imensa felicidade, no intuito de incentivar a produção acadêmica, assim como a disseminação de conhecimentos, estudos e pesquisas dentro do campo das Relações Internacionais. Este projeto, de periodicidade semestral, é publicado nos meios eletrônicos, prezando pelo papel dos acadêmicos, os processos de pré-seleção, apreciação e aprovação dos textos submetidos.

No Vol. 3 N°2, as publicações têm o foco voltado para questões de Política Externa Brasileira, Economia Internacional, Direitos Humanos e Estudos Étnicos. Ademais, visando inaugurar um novo formato de disseminação científica, a primeira resenha na história da revista foi incorporada neste volume.

Esperamos que essa revista tenha um propósito agregador, sendo uma fonte de conhecimento, induzindo o interesse pela produção acadêmica, auxiliando a construção e reflexão de ideias sobre os temas aqui tratados e corroborando para o enriquecimento do campo de pesquisa das Relações Internacionais.

Desejamos a todos uma boa leitura,

Giovanna Castro Gonçalves e Anna Karolline da Silva Bastos

APRESENTAÇÃO

Com satisfação, apresentamos mais uma edição da revista Conexões Internacionais, fruto da colaboração no curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília (RI-UCB) entre professores, estudantes, e núcleo de pesquisa. Neste número, contamos com uma multiplicidade temática, com artigos que abordam estudos étnicos, segurança internacional, política externa, migrações, internacionalização econômica, segurança energética, e direitos humanos.

Letícia Ataides e Yasmin Rodrigues destacam como a população da China é etnicamente diversa, e fornecem uma análise da presença das minorias étnicas no país, em especial da comunidade coreana. As autoras relatam a formação dessa comunidade, o processo de migração, os direitos especiais estabelecidos pela Constituição chinesa, além dos problemas relacionados ao choque de identidades.

Assumindo a premissa da importância de uma hegemonia regional para a estabilidade de um Complexo Regional de Segurança (CRS), Maria Beatriz Salomão realiza uma comparação entre dois momentos da política externa brasileira para o CRS sul-americano, destacando as consequências da PEB do presidente Bolsonaro (2019-2022) para o complexo e às iniciativas do período da gestão do presidente Lula (2003-2010). A autora destaca que uma diplomacia ativa e pacífica brasileira foi fundamental para a integração do complexo sul-americano.

O artigo de Catarina Avancini apresenta uma breve análise da relação entre emigração e política externa brasileira. Nos anos 1980, as dificuldades econômicas no Brasil estimularam uma espécie de transição migratória brasileira, em que o país passou a experimentar um processo de emigração, com cidadãos deixando o país na busca de melhores condições de vida no exterior. Essa situação fez emergir iniciativas dentro da relação entre Brasil e Portugal no tocante os fluxos de suas populações.

Matheus Nascimento discorre que, apesar da defesa neoliberal de que a globalização dos mercados esteja associada a maior crescimento econômico, as assimetrias entre centro e periferia são consideráveis paradoxos desse fenômeno. O autor busca compreender a adaptação brasileira à economia internacional pós-Consenso de Washington, o posicionamento dos grupos desenvolvimentista e neo-

liberal, bem como os prós e contras do processo de inserção internacional econômica do Brasil.

O Oriente Médio, embora rico em energia, apresenta recorrentes crises energéticas, muitas vezes resultantes de má gestão dos recursos disponíveis. Nesse contexto, Geovana Dias e Lorrynny Campos discutem como a falta de energia afeta as sociedades locais, como no Líbano. Para isso, são analisadas questões sociais, econômicas atreladas à questão energética, em especial o setor de saúde diante dessas crises.

Por fim, Sabrina Monteiro realiza uma resenha do livro do Prof. Günther Mros “O Brasil nas guerras dos outros”, e discorre, como o título do livro sugere, como o Brasil participou efetivamente na Primeira e Segunda Guerra Mundiais, ainda que sem o devido reconhecimento por sua postura histórica. Essa participação, cabe salientar, provocou mudanças sistêmicas na construção da identidade nacional da república brasileira.

Esperamos que esta edição possa agregar ao debate no campo das Relações Internacionais e áreas associadas, bem como estimular novas contribuições de estudiosos interessados. A Conexões Internacionais recebe fluxo contínuo de artigos, sendo um espaço democrático para submissão.

Jean Lima
Editor Adjunto

SUMÁRIO

ESTUDOS ÉTNICOS

ETHNIC MINORITIES IN CHINA AND THE ESTABLISHMENT OF THE KOREAN COMMUNITY

07

Letícia Ataídes de Souza e Yasmin Araújo Rodrigues

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O BRASIL E O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA SUL-AMERICANO: ENTRE LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022)

17

Maria Beatriz de Moraes Salomão

BRASILEIROS EMIGRANTES E A POLÍTICA EXTERNA, DESDE OS ANOS 80 ATÉ O SÉCULO XXI

39

Catarina Avancini Bassan Caixeta

ECONOMIA INTERNACIONAL

A INTERNACIONALIZAÇÃO BRASILEIRA: A LENTA MODERNIZAÇÃO APÓS O CONSENSO DE WASHINGTON

48

Matheus Nascimento Moraes

DIREITOS HUMANOS

AS IMPLICAÇÕES DAS QUESTÕES DE ENERGIA NA MANUTENÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ORIENTE MÉDIO

62

Geovana Carvalho Dias e Lorryanny Mendonça Olegário Campos

RESENHA

MROS, Günther Richter. O Brasil nas guerras dos outros. Itapiranga – SC: Schreiben, 2013.

71

Sabrina Monteiro de Sousa

ETHNIC MINORITIES IN CHINA AND THE ESTABLISHMENT OF THE KOREAN COMMUNITY

Letícia Ataídes de Souza¹ and
Yasmin Araújo Rodrigues²

ABSTRACT

The purpose of this article is to provide an analysis of the presence of ethnic minorities in China and their importance as well as their general historical aspects, focusing on the establishment of Korean migrants as part of these groups. Therefore, the article is divided into three parts. The first part refers to data and basic information about the presence of ethnic minorities in China such as population, geographic location, and ethnic minority policies. The second part looks at the Korean migration process, including important historical events, the Japanese influence, and the conditions they faced. After analyzing these issues, it is possible to perceive the great ethnic diversity present in Chinese territory. The Korean people being one of them, their history is directly aligned with their customs, beliefs and geographic location within the country. In addition, some problems are identified in relation to issues related to the Korean-Chinese people's concern for their identity, which are addressed in the third part of this research.

Key-words: Minorities in China. Chinese Koreans. Korea. Migration. Ethnic Identity.

INTRODUCTION

The Western narrative that China's population is ethnically uniform is outdated. The presence of various ethnic minorities in Chinese territory is the result of years of history, cultural, political, and geographical changes, which cannot be ignored in any analysis of the customs and general aspects of such a vast country. Thus, "modern China cannot be understood without a clear recognition of its ethnic complexity and the impact of this complexity on social-political change and international relations" (DILLON, 2016, p. 2).

To understand that, it is necessary to highlight the difficulties China faced in defining its borders and formulating an identity whose goal was to unify and strengthen the nation, an aspect that often goes unnoticed, but which illustrates the challenge of defining, above all, geographical boundaries compatible with the numerous ethnic groups in the territory. Thus, there are clear examples of situations in which the dilemma of geographical division and the question of whether culture alone is capable of uniting a people into a nation can be seen.

For example, the identity context of the island of Taiwan led to a delicate process

in the quest for its independence. Although the territory is still culturally considered part of China, it has undergone very different historical processes throughout history, as has its cultural composition and divergent territorial position. First, Taiwan did not become a Chinese province until 1885. Ten years later, however, the island came under Japanese rule, as a result of the expansion and domination phase that the second country underwent at that time, and it was not until 1945, with the end of World War II, that the small Chinese territory was abandoned by Japan. Moreover, the political division of China into the People's Republic of China and Nationalist China (Taiwan) led to even greater differences in identity between the two territories. By highlighting the different historical processes and the strengthening of the cultures, one can understand from this the almost non-existent sense of belonging to the country. This is one of the major problems facing China, in addition, of course, to separatist movements in other autonomous provinces.

Thus, the Korean community in Chinese territory brings with them some typical aspects of their own culture, which are also related to the historical context in which they settled in the region.

The conditions and processes that this population continues to face today are largely part of the way in which aspects of the treatment of various ethnic groups have been internalized by the Chinese government. Henceforth, it is necessary to better analyze their composition and influence, as well as the living conditions of minorities within the country, as well as aspects of the establishment of the Korean community.

ETHNIC MINORITIES IN CHINA

Currently, there are 56 ethnic groups recognized by the PCR (People's Republic of China) in China. Among them, the Han group is considered dominant in terms of population, which is roughly related to the term "Chinese people," a name that comes from the Han Dynasty (206 BC - 220 AD). Although they make up 91% of the total population, the Han are also the result of a great deal of mixing, having eight languages in their composition: Mandarin, Hakka, Gan, Xiang, Northern and Southern Min, Yue, and Wu, expressed through Chinese characters, whether traditional or simplified (DILLON, 2016).

The main minority groups are Mongols, Manchus, Zhuangs, Tibetans, Miao, Uyghurs, Koreans, Yao, Dong, and

many others. They make up about 114 million people or 8% of China's total population. They are mainly concentrated on the borders, but there are also groups scattered in major cities. In addition, the life of these people is becoming more and more similar to that of the Han majority, especially when it comes to daily life and monoculture, which is especially prevalent in the main cities. However, the different cultures of these small groups, such as culinary dishes, clothing, and religions, are much more evident in the countryside (DILLON, 2016).

Following this idea, the influence of the Chinese communists is significant when considering the beginning of the concern for the quality of life of people who do not fit into the Han group. As part of the political propaganda for the preservation of a multi-ethnic nation, various measures were taken in the period up to 1934 to guarantee the rights of these groups and protect them from the Chinese government, which were called ethnic minority policies. These introduced measures addressed fundamental issues for the preservation of these peoples and gave them some special rights within the Chinese constitution, such as the waiver of certain fees and taxes, government restrictions on the family, and preferential treatment

for the right to education and work, while also maintaining freedom of cultural expression with some reservations for those which are considered superstitious (HASMATH AND MAURER-FAZIO, 2016).

In addition, there is the right to use one's native language (noting that Mandarin should also be learned in schools) and, more importantly, the right to practice one's religion because, as the author Michael Dillon insightfully writes, "religious differences are an important marker of the division between ethnic groups" (DILLON, 2016, p. 5).

Finally, before these transformations within Chinese society, the Korean community establishes itself as one of the most important minorities in the territory, because despite its young history (by Chinese standards) in the region, it occupies a position of reference in several areas, especially education. In addition, the daily life of the community is also being transformed by these policies, creating mechanisms of experience that will be further explored in this study.

THE IMMIGRATION PROCESS OF KOREAN SOCIETY

To fully understand the main subject that will be discussed in this paper, the historical background on the

immigration of Korean communities to China is necessary. The migratory flow of Koreans moving to China began in the second half of the 19th century, motivated by the famine that stroke many Korean farm families in the northeastern provinces, that previously had suffered from floods and droughts, causing their land to become unproductive, therefore, generating poor harvests (KWON T-H, 1997, p.03). Thereat, without its form of sustain, and seeking to evade the collection of abusive taxes, some of those families decided to pursue a better life in a different place, with this in mind, the first settlement of Korean people in the region of Manchuria took place, the primary reason which the area was chosen because of its fertile lands, according to Tai-Hwan Kwon (1997, p.03), the number of Koreans in Manchuria was reported at 77,000 in 1870 and reached 200,000 in 1900.

Although the beginning of the movement was under the circumstances disclosed, it was only during the first half of the 20th century that the number of Koreans migrating to Manchuria increased. Hereupon, the period marked from 1910 to 1945 was engraved in Korean history as one of the most difficult for its population: the Japanese colonial rule caused a more significant wave of

overseas migration in which the most searched destination was China and Japan, the numbers of Koreans in Manchuria during this period had an exponential growth going from 459,400 in 1920, to 1,658,600 in 1944 (KWON T-H, 1997, p.05). Even though the reason to go to any of those countries was practically the same, to escape the poverty that came from the rural exploitation that took place under the colonial regime, the characteristics of the migration in each country were divergent. Those who went to Japan were employed in construction fields, factories, and mines (KWON T-H, 1997, p.06), and often were treated as less of human beings, whereas in China, the immigrants started to live in agriculture-based society, planting rice in specific, in which Koreans formed the dominant ethnic group in the areas where they were settled (KWON T-H, 1997, p.06).

The Korean community in China was also a great command force fighting Japan in 1945, being an important piece of the Manchurian Provincial Committee (MPC) an anti-japanese resistance, according to David Volodzko in an article in *The Diplomat* (2015)

Koreans weren't simply the most zealous members of the resistance movement in Manchuria, they were by far the most numerous too. According to Chong-Sik Lee's *Revolutionary*

Struggle in Manchuria, in 1930 the Communist Party in the former Chientao District comprised 3,800 Koreans and 150 Chinese. And Paul Lee writes, "virtually all of the 10,000 organized peasant families were Korean families. Even as late as 1934, more than half of all CCP members in Manchuria were Korean, and over 95 percent of guerrilla armies consisted of Koreans." In short, the MPC was Manchuria's anti-Japanese resistance, and overwhelmingly it was a *Korean* resistance (VOLODZKO, 2015, *The Diplomat*).

After the liberation from Japan, a large percentage of the Koreans in China decided to flood back to their motherland, creating a wave of repatriation, the returners of Manchuria were estimated to be 700 thousand people (KWON T-H, 1997, p.07). However, almost 60% of the Koreans in Manchuria decided to stay, as a result, the community continued to grow and flourish in the following years.

KOREANS AS A MINORITY IN CHINA: THE ETHNIC IDENTITY

After the liberation, China's civil war, and the end of world war II, the Communist party recognized, in 1949, Korean-Chinese as an ethnic minority, also known as joseonjok (The Economist, 2018), and granted the communities their own Korean prefecture, Yanbian Korean Autonomous Prefecture (a city in the province of Jilin, the area was previously a

part of Manchuria), being considered citizen since the beginning, and having access to rights and tools to maintain their ethnic identity, for example, the use of Korean as an official language in the region. Korean society as a whole is very homogeneous in various ways, such as culturally, physically, and sometimes even mentally, and considers aspects of its culture, such as the language, history, tradition, cuisine, and education in high regard, those things form a major part of their ethnic identity, and even in communities in different countries, this is considered to be a base of their identity. In China, the Korean-Chinese minority is seen as a model minority, especially for its high achievements in the academic field, being considered very capable and hardworking people, having the biggest rates of college acceptance out of the other minorities, having a rate of 4.5% for male students and 6.1% for female, in contrast with the 2.5% and 3.7% for male and females, respectively, for the Han Chinese as is pointed in the 2010 census (Arirang TV, 2015).

Despite being a model prefecture, the Yanbian people suffered deeply during the period of the Cultural Revolution in 1961, which happened after the great famine that affected the whole Chinese population. In an interview for

Arirang tv in 2015 is said that the red guard groups, formed by Mao Tse-Tong, considered nationalism a symbol of anti-revolution, as a result, the government banned the use of Korean and the hanbok (traditional Korean garment) to extinguish the sense of Korean nationalism in the territory, and it culminated on the closure of many ethnic schools in the area. Besides not being able to practice their own culture, the population was also struggling in other ways, the ones who were spotted by de red guards under the accusation of being anti-revolutionary would often face brutal consequences, such as torture, the grandfather of Yoon Woon-Gul, a Yanbian journalist interviewed by Arirang, was a victim of those acts. It is believed that the torture that he faced was the main reason for his precocious death, his story is similar to many other families from the area.

However, after the establishment of the new China, the situation changed, turning back to its initial point, in which it was allowed to practice and upkeep the Korean culture freely. In addition, taking a lap in time, the living conditions of the Chinese Koreans faced some switch-over in the following of return of diplomatic relations between China and South Korea, in 1992. Quoting an article in The

Economist (2018), the opening of full diplomatic relations between both countries lead to a movement of Korean firms inserting themselves into the Chinese market, the presence of those companies in Chinese territory resulted in a big rating of locals, ethnic Koreans in China, being hired in high position inside those establishments, that were often settled in different cities, for example, Beijing, causing a decentralization of the community. Besides that, another consequence of the return of diplomatic relations was the immigration wave of people from the minority to other countries, seeking better opportunities, often looking for academic recognition or insertion in the Korean market, out of 1.8 million people in the group about 1 million of them are living outside China, being 700,000 of them the ones who entered South Korea (The Economist, 2018).

Currently, the main concern that the Chinese-Korean people face is the fear of the ending of their community, as day after day is becoming more visible the shrinking of the group. To properly discuss the problem, it is necessary to evaluate the causes previously disclosed, the decentralization of these specific communities plays a big part in the possible disappearance of it, when

Korean businesses opened in China it created a flow of internal migration of the Chinese-Korean population, it also collaborated to an occurring process of identity conflict that the younger generation of Koreans in China experience, the next generation of the ethnic Koreans that were born and raised outside of Yanbian have faced a disconnection with their Korean heritage, not being able to upkeep their costumes. After the opening of relations between China and South Korea, more than 850 Korean ethnic schools were shut down (Arirang Tv, 2015), resulting in a lack of opportunities for Korean kids to learn about their identity, having to rely on private education, in a big metropolis like Beijing the situation is even more complex, the city doesn't have any ethnic schools, the most outstanding project for Korean education in the area is a non-profit organization, the Jungeum Korean School, that allows kids to learn the Korean language and its alphabet, the hangul (Arirang Tv, 2015).

Besides that, the identity conflict can go beyond the lack of connection with Korean culture. While some of the first generations would consider themselves Koreans, the newer generations consider themselves to be Chinese, nonetheless, a major part of the

population considers China as their motherland and Korea as their fatherland, but caring about the Chinese identity further, since they are officially Chinese. The prejudice present in Korea against the Chinese-Koreans can also be seen as an aggravating factor in the problem of identity conflict, as Volodzko points out in *The Diplomat*

Sadly, many newcomers have suffered human rights violations at the hands of their South Korean brothers and sisters, prompting the South Korean Ministry of Justice to announce a crackdown on such behavior, while others have themselves perpetrated violence against their South Korean hosts. Illustrating how little things have changed, the 2013 South Korean film *New World* features a group of Yanbian Koreans portrayed as uncultured imbeciles. (VOLODZKO, 2015, *The Diplomat*).

They also can face discrimination from the Chinese people, which can form a sense of non-belonging in both societies, creating a further identity problem.

Despite those problems, the identity issue is not the main cause for the shrinking of the Chinese-Korean community. The main problem is the large contingent of Chinese-Koreans immigrating to abroad, more than 50% of Koreans in China, as said previously, have fled China since 1992, causing the annual population growth rate of the minority between 2000 and 2010 to be -4.8%, while

the rate of people aged 65 and older per 10,000 population to be 12.6%, being 1.3% bigger than the same rate for South Korean, that is already an aging country (Arirang Tv, 2015). To simplify those data, there is a practical example, the Mingan Village in Helong City had more than 300 residents of Korean ethnic in the 1980s, but in 2015 there were only about 60 residents, and they were mostly elderly since the youth of the minority group is leaving the country. The decline and aging of this ethnic group in China configures a situation of disappearance of the minority, which could have a real impact on the preservation of the Korean identity throughout China.

CONCLUSION

China is far from being a country characterized as culturally homogeneous. The presence of different ethnic groups, formed through diverse cultural and historical processes, is an essential feature of the country and shapes its internal and external political aspects. Thus, the division into 56 groups dealing with different customs confirms this diverse composition and emphasizes the need for acceptance by the Chinese government. In this way, it is noticeable the great influence that the Communist

Party had on the formulation of policies for these communities, which, despite certain restrictions, now also have the right to exercise essential characteristics and customs for their people.

An interesting point is that despite the positive influence of the Party, national movements such as the Chinese Cultural Revolution have also shaped these groups through ethnic persecution, which brought as a positive consequence the guarantee of the establishment of special rights within the Chinese Constitution for minorities, as is the case with the Korean community. Another aspect is that the settlement of Koreans in Yanbian is strongly influenced by the difficulties faced by the community during the 19th century, just as the settlement of Japanese in Korean territory spurred the migration movement and became an important part of the revolutionary groups. Despite the creation of the autonomous prefecture, the search to maintain an ethnic identity encounters difficulties that go far beyond the guarantee of owning land. In addition to the Cultural Revolution, factors such as the decentralization of the population in search of better work and study opportunities and the disconnection with their Korean heritage also complicate the

attempt to erase the sense of Korean nationalism.

Therefore, as a solution to the problem presented in the last part of this article, it is appropriate to propose a joint action of the Chinese and Korean governments, which could launch initiatives aimed at preserving the typical Korean culture in the daily life of the community, as well as maintaining the academic and quality of these people in China, since these are the main reasons why minorities are attracted to the country. It is also important to create employment opportunities with good conditions and wages, as an appeal to maintain the minority group in China, to combat the waves of immigration.

NOTES

¹ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília.
Email: leticiaataides9@gmail.com

² Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília.
Email:
yasminaraujorodrigues@gmail.com

BIBLIOGRAPHY

ARIRANG TV. **Going Global** Ep22 Ethnic Koreans Living in Yanbian - The Dream of Longjing YouTube, 1 set. 2015. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=D7ZOVNnbKWM>. Acesso em: 12 dez. 2022.

DILLON, M. **Majorities and minorities in China: an introduction**. Ethnic and Racial Studies, June. 2016.

HASMATH, R. MAURER-FAZIO, M. **The contemporary ethnic minority in China: an introduction**, Eurasian Geography and Economics, 56:1, 1-7, July. 2015.

KWON, T.H. International migration of Koreans and the Korean Community in China. **KOREA JOURNAL OF POPULATION AND DEVELOPMENT**, Seul, v. 26, July. 1997.

THE ECONOMIST. **China's ethnic-Korean enclaves have become less Korean**. Disponível em:
<https://www.economist.com/china/2018/08/23/chinas-ethnic-korean-enclaves-have-become-less-korean>. Acesso em: 12 dez. 2022.

VOLODZKO, D. **China's Koreans, Part I: A Brief History**. Disponível em:
<https://thediplomat.com/2015/08/chinas-koreans-part-i-a-brief-history/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

VOLODZKO, D. **China's Koreans, Part II: Lost to History**. Disponível em:
<https://thediplomat.com/2015/08/chinas-koreans-part-ii-lost-to-history/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

O BRASIL E O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA SUL-AMERICANO: ENTRE LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022)

Maria Beatriz de Moraes Salomão¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é comparar a política externa brasileira (PEB) para o complexo regional de segurança (CRS) sul-americano durante dois diferentes governos: o de Lula da Silva (2003-2010) e o de Jair Bolsonaro (2019-2022). Para tal fim, será analisada a liderança brasileira na região a partir de sua atuação em âmbitos institucionais e diplomáticos durante esses dois diferentes momentos, com o objetivo de compreender quais eram os propósitos da diplomacia brasileira para a América do Sul. Além disso, a tese de Charles Hermann (1990) será aplicada com a finalidade de entender o nível da mudança sofrida pela política externa brasileira ao longo dos últimos anos, além dos fatores que impulsionaram tais reordenamentos. Este trabalho baseia-se numa pesquisa exploratória, apoiada numa revisão bibliográfica, para melhor entender os princípios da política exterior para a integração regional, além do uso de documentos oficiais e pronunciamentos. Trata-se, por fim, de um estudo que adota métodos analíticos descritivos e explicativos, pois detalha a PEB para a integração regional em dois diferentes momentos e identifica indicadores de fenômenos e dinâmicas intrarregionais.

Palavras-chaves: Segurança Regional; Política Externa Brasileira; Integração Regional; Teoria sobre Complexos Regionais de Segurança.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre segurança internacional na modernidade são de extrema relevância para o entendimento de processos e situações que afetam o mundo globalizado, principalmente, a partir do surgimento de novos atores e ameaças. São vários os recortes que podem ser feitos para uma análise mais aprimorada dos movimentos que ocorrem entre os atores globais, dentre eles está a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), formulada por Barry Buzan em 1991. Um dos principais pontos de partida da TCRS é o pressuposto de que uma hegemonia dentro da região em questão tem o poder de promover mais paz e harmonia dentro do contexto de segurança e defesa naquela área. Para Fuccille e Rezende (2013), a diplomacia ativa e pacífica brasileira foi peça essencial para a integração do complexo, sendo o momento mais representativo dessa liderança a criação da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e do seu Conselho de Defesa Sul-Americano, criados durante a gestão de Lula.

O ponto primordial deste artigo é comparar dois diferentes momentos da política externa brasileira (PEB) para o Complexo Regional de Segurança

Sul-Americano: a da gestão Lula (2003-2010) e a gestão Bolsonaro (2019-2022). Para fundamentar a análise comparativa e crítica sobre esses dois diferentes momentos, será adotada a tese do autor Charles Hermann (1990) sobre reordenamento de política externa e seus agentes motivadores. Dessa forma, adotando a premissa da importância de uma hegemonia regional para a estabilidade do CRS e creditando essa posição ao Brasil, o propósito motor deste artigo é o de entender a importância do papel desempenhado pelo país no CRS e comparar a sua atuação como líder sob a égide de dois diferentes governos, Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022), para integração em termos de segurança. Esse artigo é apenas um breve resumo da tese de conclusão de curso realizada em 2020 pela mesma autora.

A pergunta motivadora desta pesquisa é a seguinte: quais são as consequências da PEB da gestão Bolsonaro para o complexo regional de segurança sul-americano. Após a realização de pesquisas a partir de estudiosos da política exterior do Brasil, é possível inferir que, mesmo de forma vacilante às vezes, o governo Lula soube aproveitar-se dos positivos momentos vividos na região sul-americana para, dessa forma, promover substanciais

projetos e iniciativas para defesa e segurança dentro do CRS, impulsionando, conseqüentemente, a posição do Brasil como líder regional. Em contrapartida, a gestão Bolsonaro adotou comportamentos e implementou uma política externa alinhada explicitamente aos Estados Unidos e a outros países do hemisfério norte, negligenciando os esforços despendidos nos governos brasileiros anteriores para a integração sul-americana.

A primeira seção deste artigo busca fazer uma revisão bibliográfica acerca dos marcos teóricos abrangidos neste trabalho que são: cooperação internacional e integração regional, segurança regional e a tese de Charles Hermann (1990) a respeito de reordenamentos de política externa. A segunda seção, por sua vez, propõe-se a fazer uma breve análise sobre o histórico de integração na região sul-americana, com o foco especial em tema de segurança e defesa, e também estudar a PEB durante o governo Lula para promoção da coesão no complexo regional de segurança (CRS) da região. Por sua vez, a última seção tem como objetivo examinar o gradual processo que propiciou os fatores que impulsionam aspectos presentes na diplomacia de Bolsonaro. Para esse propósito, será

retomada a tese de Hermann (1990) para analisar dois fenômenos específicos: os indicadores responsáveis pelo reordenamento que a PEB sofreu e entender qual foi o nível de mudança sofrida entre os governos Lula e Bolsonaro.

ENTENDENDO OS MARCOS TEÓRICOS

A ciência das Relações Internacionais possui um marco temporal bem pontuado pela Guerra-Fria (1947-1991), evento de grande magnitude e impacto no mundo, na história e, por consequência, nos estudos sobre relações internacionais. Com o fim dessa polarização entre americanos e soviéticos, surge uma nova era no mundo, uma que é repleta de incertezas e complexidades (MAGALHÃES, 2010). A partir desse evento, uma série de redefinições ocorrem no sistema internacional, tendo em vista o surgimento de novos atores, ameaças e desafios. Como colocado por Buzan e Waever (2003), a mudança na balança de poder entre os Estados favorece um tipo de cooperação marcada pelo recorte geográfico por região, mais conhecida como “integração regional”.

Sobre integração regional, Herz e Hoffmann (2004) afirmam que essa

de cooperação significa um processo dinâmico de intensificação das relações entre atores dentro do escopo de um espaço geográfico específico. Em decorrência desse tipo de integração e ao novo momento do mundo de inexatidão do pós-Guerra Fria, um outro movimento passa a marcar os estudos sobre segurança e defesa, que é a emergente Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, que versa especificamente sobre como problemas de segurança são compartilhados entre Estados vizinhos. Compreender esses três conceitos- cooperação internacional, integração regional e a TCRS- é atividade mister para a plena compreensão deste artigo. Além disso, para cumprir a finalidade deste trabalho, esta seção também vai trabalhar a obra de Charles Hermann (1990) sobre fatores que podem impulsionar os reordenamentos na política externa de um país e o processo de tomada de decisão que o consagra.

1. Cooperação internacional e integração regional

Em 1984, Robert Keohane lança uma influente obra intitulada “After Hegemony” que discorre sobre fatores que incitam a cooperação em um mundo pós-hegemonia. Essa obra ocupa posição de influênci nas Relações Internacionais

porque ela consegue trazer consigo uma conceituação amplamente aceita tanto entre neorrealistas quanto neoliberais sobre o fenômeno da cooperação internacional. Dentre a premissa adotada, está a crença na possibilidade de cooperação a partir de uma liderança hegemônica- conceito importante adotado nesta pesquisa, que busca contemplar a posição do Brasil como líder regional.

Para Keohane (1984),

Cooperation occurs when actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination. To summarize more formally, intergovernmental cooperation takes place when the policies followed by one government are regarded by its partners as facilitating realization of their own objectives, as the result of a process of policy coordination (KEOHANE, 1984, p. 51-52).

Dessa forma, o conceito colocado pelo autor dá um importante espaço para a prática mencionada como “coordenação de políticas”, afirmando que a cooperação internacional é um ato completamente político e que exige um esforço dos Estados envolvidos- a cooperação não é, sendo assim, algo que surge de forma natural. No mundo pós-Guerra Fria, houve uma maior desenvoltura dos Estados em fortalecer ações cooperativas entre si e muitas dessas políticas eram desenvolvidas a

partir de um olhar geográfico/regional.

De acordo com Herz e Hoffmann (2004, p. 168), a integração regional é “um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional”. Para as autoras, a integração regional poderia ser utilizada como influente ferramenta para conquista de mais espaço no sistema internacional, além de seus respectivos *soft powers*. Para o Brasil, após a sua redemocratização em 1985, sua política externa tem servido como ferramenta para ampliar a sua atuação e proeminência no cenário internacional.

Entender os conceitos de cooperação e integração regional é fundamental para que seja possível a compreensão da importância desse tipo de coalizão para o Brasil e para que ele possa alcançar seu objetivo de ganhar mais espaço no sistema internacional como *player* multifacetado, influente e multilateral. Ademais, o conceito de Keohane (1984) sobre coordenação de políticas para um bem maior comum é essencial para os estudos de segurança regional, por exemplo. Embora esta peça foque somente no papel brasileiro, não é, de forma alguma, correto atribuir

somente ao Brasil a responsabilidade total pela coesão dentro do CRS sul-americano, ou seja, todos os componentes da área possuem suas posições, interesses e responsabilidades dentro desse contexto. A seguir, o artigo busca definir e compreender a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, com o foco especial no complexo sul-americano.

1.2. A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança

Segundo Cepik (2005, p. 01), a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança traz consigo um enfoque regional para os problemas de segurança internacional contemporâneos aliados a um estudo sobre a distribuição de poderes entre Estados a nível global. Para Buzan e Waever (2003), o fim da bipolaridade mundial fez com que houvesse um vácuo de competição estratégica por regiões, processo que impulsionou a autonomia dos poderes regionais e o movimento de regionalismo no mundo inteiro, assim como colocado por Herz e Hoffmann (2004). A Teoria se justifica e consagra, pois, de acordo com seus precursores, os desafios da esfera internacional para países que são vizinhos geográficos são tão similares que é justificável o estudo da segurança à nível regional,

Um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização e dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 44).

Devido às condições inerentes deste trabalho, essa pesquisa vai explorar somente um dos quatro níveis de análise da Teoria: os padrões de amizade-inimizade entre os Estados do CRS sul-americano. Existem três tipos de padrão de relacionamento dentro de um CRS e o grau de proximidade segue uma crescente, o que significa que o último padrão é o mais integrado: conflituosos, regimes de segurança e comunidade de segurança. O teórico Deutsch (1969) entende a comunidade de segurança como um cenário onde as unidades sequer consideram um conflito entre si de tão integrada que é a relação, trata-se da total dessecuritização entre os atores. Magalhães (2010), Hurrell (1998) e Flermes (2005) perceberam a existência do referido padrão de relacionamento entre o Brasil e Argentina após a redemocratização do Brasil em 1985.

Para finalizar essa seção, outro ponto de extrema importância é a correlação entre a TCRS e a Teoria Neorrealista que atribui a paz e a estabilidade de uma região ou de um

bloco de Estados à ideia da unipolaridade e a presença de um ator hegemônico, ou seja, um centro de poder. A respeito desse princípio, Cepik (2005) constata um processo relevante que acontece dentro do CRS: a tentativa de transformação na direção dos complexos regionais centrados em torno de uma única potência. Sobre essa dinâmica, Buzan e Waever (2003) afirmam que:

O que conecta esses tipos de CRS centrados é a ideia de que as dinâmicas de segurança de uma região são dominadas por um centro localizado dentro dela. Isso é parcialmente uma questão de quão dominante o centro é, mas, igualmente, a forma de hegemonia estabelecida. Um CRS centrado tenderá a ser mais estável se o centro estabelece um tipo de hegemonia aberta ou penetrada, onde os Estados dominados têm acesso ao processo político do “centro imperial” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 58).

Alinhando a percepção da importância de um centro para a coesão do CRS, ao que foi colocado por Herz e Hoffmann (2004) na seção passada sobre o protagonismo regional e ao que foi afirmado por Keohane (1984) sobre a existência da cooperação em situações em que haja uma potência hegemônica, esse processo de construção e manutenção de uma hegemonia para fins de estabilidade do CRS torna-se ainda mais importante. São inúmeras variáveis consideradas para uma constituição de um poder hegemônico,

dentre elas está a importância que a política externa e a sua estabilidade e continuidade (LAFER, 2001) para o contexto regional. Fundamentado na percepção do valor do recorte doméstico para os estudos de integração regional no contexto de CRS, o próximo e último segmento desta seção tem como finalidade entender a razão para o fenômeno de reordenamento em política externa.

1.3 Reordenamento de política externa

A política externa de um país pode ser entendida brevemente como uma política pública que busca atender necessidades internas através de oportunidades externas, como colocado pelo autor Celso Lafer (2001). Para os estudos sobre cooperação, integração e segurança regional, torna-se mister o estudo sobre o impacto que variantes domésticas e internas têm sobre os processos e atuações externas que um país pode adotar. Em consonância com o que foi colocado nos segmentos passados sobre como a cooperação internacional nada mais é do que a coordenação de políticas externas entre Estados, essa seção visa refletir sobre o termo “política externa” e adotar a tese de Charles Hermann (1990) a respeito do fenômeno de reordenamento dessa

política pública.

O autor britânico assinala quatro pontos que indicam a graduação dos níveis de modificações na política externa de um Estado, sendo elas: ajustes, mudanças de programa, mudanças de objetivo e reordenamento internacional. O primeiro significa uma simples mudança em algum aspecto bem pontual da política; o segundo significa mudança no instrumento utilizado para atingir as metas; o terceiro demonstra mudança do objetivo final da política e o último, por sua vez, representa uma completa mudança na atuação internacional de um Estado. Já a respeito dos fatores que influem sobre essas mudanças, eles podem ser relacionados da seguinte maneira:

1. Líderes de governo;
2. Advocacy burocrático;
3. Reestruturação doméstica;
4. Choques externos.

A proposta desta primeira parte é a de entender os marcos teóricos que estudam e explicam os fenômenos relevantes que marcam as relações internacionais a partir do fim da Guerra Fria em 1991. As próximas seções vão aprofundar acontecimentos recentes e presentes da atuação brasileira em dois diferentes momentos para a integração

regional em matéria de segurança e defesa.

O BRASIL E O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA SUL-AMERICANO SOB O GOVERNO LULA (2003-2010)

Estudos sobre política externa são fundamentais para a compreensão de processos de integração regional. Afinal, é a existência das oportunidades percebidas por parte dos governantes que inicia o processo de cooperação. Os arquétipos de padrões de amizade-inimizade entre atores dentro de um CRS também dependem da cooperação entre os Estados, já que uma maior coordenação de políticas para definição de ameaças vai permitir também o possível crescimento de uma comunidade de segurança entre os componentes. A partir dessas variantes, o objetivo deste capítulo é o de analisar a PEB durante o governo Lula (2003-2010) e perceber as estratégias adotadas durante esse período para a intensificação da integração regional da América do Sul, de forma a iniciar o processo de construção de uma comunidade de segurança no CRS sul-americano.

Ao final da seção, será feita uma análise sobre as iniciativas integracionis-

tas da região que caminharam para a construção de uma comunidade de segurança no complexo regional de segurança, com uma clara ênfase na importância da atuação brasileira como líder regional para fins de equilíbrio e coesão dentro do CRS.

2.1. A política externa de Lula para a promoção de uma comunidade de segurança

O governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) tinha uma política que advogava pela igualdade, pela inclusão social e pelo desenvolvimento econômico. Por vir de um contexto de pobreza, Lula usa até os dias atuais propagandas de igualdade econômica para atrair mais eleitores e para direcionar as suas medidas de governo tanto em plano nacional quanto internacional. A sua PEB, dessa forma, não se distancia de seus princípios e valores de governo, haja vista que o Brasil, durante esses oito anos, colocou em pauta a luta pela extinção da fome no mundo e pelo fim da desigualdade entre os Estados.

A PEB durante os primeiros quatro anos de governo pode ser percebida através de quatro grandes diretrizes, de acordo com Vigevani e Cepaluni (2007):

1. A preocupação com a busca pelo maior equilíbrio internacional, objetivando atenuar o unilateralismo;
2. Fomento às dinâmicas bi e multilaterais de forma a expandir o peso do Brasil nas negociações internacionais;
3. Aprofundar a ferramenta da diplomacia com o propósito de adensar intercâmbios das mais variadas naturezas;
4. Evitar acordos a longo prazo.

O governo Lula recebe destaque no âmbito da cooperação sul-americana em relação a outros governos porque o seu plano de política externa tinha como foco primário criar uma liderança regional para ser visto como uma potência global. O processo de integração não nasce com esse governo, os projetos mais robustos datam desde pelo menos vinte anos antes do governo petista. O diferencial deste gestão é o claro propósito em assentar as relações com os vizinhos geográficos, aliás, tratava-se da sua maior prioridade (AMORIM, 2010, p. 227). A respeito do protagonismo brasileiro exercido no complexo regional de segurança na América do Sul, o ministro das relações exteriores do governo Lula reitera que,

Às vezes nos perguntam se o Brasil quer ser líder. Nós não temos pretensão à liderança, se liderança significa hegemonia de qualquer espécie. Mas, se o nosso desenvolvimento interno, se as nossas atitudes [...] de respeito ao direito internacional, da busca de solução pacífica para controvérsias, de combate a todas as formas de discriminação, de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, se essas atitudes geram liderança, não há por que recusá-la (AMORIM, 2010, p. 227).

A partir da leitura da obra de Buzan e Waever (2003), é possível entender que a paz no complexo regional de segurança da América do Sul se dá principalmente pelo protagonismo diplomático e antibelicista brasileiro. A partir do que foi colocado pelo ex-ministro das relações exteriores, o senhor Celso Amorim, nota-se que a liderança exercida pelo Brasil se dá de uma forma orgânica devido ao desenvolvimento nacional do país. Cervo e Lessa (2010) constatarem que para tornar a América do Sul um polo regional com influência no cenário internacional, seria necessária a atuação ativa de um país que fosse uma base econômica e que tivesse autonomia e unidade política, e o Brasil possuía exatamente esse projeto, ou seja, poderia tornar a região um pólo de poder relevante no cenário internacional.

A respeito do histórico dos movimentos de integração regional na América do Sul, é notável a falta de inicia-

tivas substanciais de integração, especialmente em temas de segurança e defesa. Para Amado Cervo (2001, p. 20), “a ausência de uma visão comum e de percepção de interesses coletivos contribuiu para a falta de estímulos nos anos iniciais da integração na América do Sul”. A região somente passou a ser interessante para o Brasil na década de 1980 quando a forte crise financeira fez o país perceber que a vizinhança poderia ser estratégica- aplicando a tese de Hermann (1990) sobre reordenamento de política externa, fatores externos como crises econômicas têm grande influências sobre esse tipo de mudança em política externa.

Sobre o histórico das iniciativas mais relevantes até a chegada do século XXI, estão a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) no ano de 1960, que era uma instituição essencialmente comercial e que pretendia criar uma zona de livre comércio na região. Trata-se de um movimento que, segundo Saraiva (2010), finalmente dá personalidade e constrói uma identidade para a América Latina. Além disso, outro importante momento é a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991. De acordo com Mello (1998, p. 71) desde a sua institucionalização, o MERCOSUL é a

“busca de uma melhor inserção de seus membros, não só com base na maior competitividade de suas economias, mas também na sua atuação externa conjunta”. O Mercosul, ainda que não tenha no seu escopo institucional a ampla preocupação com questões de segurança, é um símbolo ímpar da cooperação sul-americana.

Formada em 2008, a UNASUL torna-se um significativo símbolo de integração na região, principalmente se observada pelo âmbito de segurança e defesa. A sua composição era: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela- ou seja, tratava-se, de fato, de uma união entre os Estados da América do Sul. Além dos múltiplos objetivos específicos da UNASUL, existia o propósito motor que impulsionava o funcionamento e existência do órgão,

construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (BRASIL, 2008, s.p).

Construída sob a égide da liderança brasileira, a UNASUL, aliada a outras instituições como o MERCOSUL e a Comunidade Andina das Nações (CAN), tornou-se importante foro político para a solução de controvérsias na América do Sul. Segundo Fuccille e Rezende (2013), a atuação diferenciada do Brasil durante a criação da instituição consagra a sua liderança no complexo regional de segurança. Embora seja vista como uma região pacífica sem a presença de conflitos latentes, trata-se de um CRS especialmente diferenciado e complexo devido a vários desafios, sendo o mais proeminente deles a possível existência de dois sub-complexos: o Norte Andino e o Cone Sul, sendo o primeiro mais litigioso e o segundo mais coeso. Como destacado por Fuccille e Rezende (2013), o protagonismo brasileiro se dá pela necessidade de existência de um Estado que domine as dinâmicas de segurança da região. Ou seja, torna-se mister, para a coesão do CRS da América do Sul, a liderança do Brasil.

Além de ser um significativo instrumento para a emancipação e integração dos Estados sul-americanos, a UNASUL possui um órgão primordial para o tratamento e resolução de controvérsias entre os membros: O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Instituído em 2008,

o órgão foi resultado de uma convergência entre nações sul-americanas que perceberam não somente a necessidade, mas também a oportunidade de construir um corpo institucional que seria símbolo da cooperação regional para a segurança na sub-região (VAZ, 2018). Para além disso, “O Conselho é um marco de duas inéditas transformações simultâneas: a fusão dos sub complexos regionais de segurança em um só CRS; e o início de construção de um mecanismo de defesa propriamente sul-americano” (MAGALHÃES, 2010, p. 123).

Como um de seus objetivos basilares, está o propósito de consolidar uma zona de paz que seja base para a estabilidade democrática e implementar a coesão na região para fins de tornar uníssona a relação entre os povos sul-americanos. Além disso, há o importante compromisso de criar uma identidade sul-americana em matéria de defesa, uma que atribua as características sub-regionais e nacionais e que forme uma unidade na América do Sul, ou seja, objetivo primordial para a coesão do CRS. Outro ponto essencial sobre o CRS sul-americano pontuado por Fuccille e Rezende (2013) é que eles consideram a existência de um CRS centrado unipolar cuja potência, o Brasil, ainda encontra-se

em fase de crescimento, e, por isso, será um centro instável- possibilidade que Buzan e Waever (2003) não concebiam como um modelo possível. Ainda que vacilante, os esforços diplomáticos do governo Lula para unir as agendas de segurança dos Estados sul-americanos são louváveis e justificam tal categorização.

Os esforços adotados pelo Brasil durante o governo Lula para o fomento da integração entre todos os Estados sul-americanos precisam ser notados. Ainda que seja necessária a ampla participação e esforços de todos os outros vizinhos sul-americanos, o Brasil se engajou ativamente para impulsionar as ações cooperativas na região, de forma a iniciar um processo de construção de uma comunidade de segurança no complexo regional da América do Sul. A liderança exercida pelo Brasil em 2008 para a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e também, mais tarde, o seu Conselho de Defesa Sul-Americano, além da Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, são exemplos não somente do papel de potência regional, mas também dos esforços adotados pela política externa de Lula e de Celso Amorim para a integração.

Por se tratar do líder regional, o Brasil carrega consigo um papel de

protagonista para as ações de cooperação na América do Sul. Isso significa afirmar que, ainda que não seja o único responsável pelo encadeamento de ações cooperativas na região, a falta de ensejo na atuação brasileira possui influência sobre as atuações dos outros Estados sul-americanos. Dentre os vários fatores para a construção da atuação internacional está a mudança na política externa ocasionada, principalmente, pela mudança de chefe de governo. Ademais, a partir de 2013, uma série de crises econômicas e políticas assolam os países da América do Sul, o que interfere diretamente sobre as políticas exteriores desses Estados e, por consequência, interfere sobre o processo de construção de uma comunidade de segurança no CRS.

A próxima seção tem como objetivo entender os processos de crise que assolam o Brasil e analisar os seus efeitos para a integração sul-americana. Ademais, será retomada a tese de Hermann (1990) para que seja viável o estudo sobre os fatores que possam ter interferido sobre o processo de mudança em política externa para a promoção da integração no CRS sofrida pelo Brasil quando comparada sob a égide de dois diferentes governos: o de Lula e o Bolsonaro.

A POLÍTICA EXTERNA BOLSONARISTA PARA O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA DA AMÉRICA DO SUL

Quatro principais agentes são classificados por Hermann (1990) como incentivadores para mudanças em política externa, são eles: líderes de governo, o advocacy burocrático, reestruturações domésticas e choques de fatores externos. Ao longo dos anos 2012 até 2019, uma crescente crise na UNASUL, instituição signo da integração e coesão do CRS, pode ser notada, uma que vai desencadear, em 2019, na saída do Brasil da instituição. Entre as motivações para o seu fim, encontram-se as crises políticas e econômicas de boa parte dos Estados sul-americanos, a falta de empenho por parte dos governantes e, em especial, a apática atuação do Brasil para a promoção da cooperação no âmbito do complexo.

Como constatado no capítulo anterior, ainda que com dificuldades e fragilidades, o Brasil conseguiu desempenhar com altivez o seu papel de líder regional, de forma a ajudar a promover um cenário mais integrado e uníssono. A responsabilidade pela implementação de tais processos não

recai somente para a atuação brasileira, mas torna-se mister afirmar e reconhecer que a liderança do país foi essencial para o desenvolvimento de tais situações. Contudo, os desafios para a coesão do CRS tornam-se ainda mais árduos quando não há sequer esforços diplomáticos em direção à tal agenda. O governo Lula foi escolhido como ponto de análise para essa pesquisa porque foi o mandato presidencial brasileiro que mais abertamente demonstrou interesse por meio de falas e atitudes para promover integração e padrões de amizade genuínos na América do Sul.

Dessa forma, servindo a fins de contraste, a política externa brasileira durante a gestão Bolsonaro será analisada, já que ela é uma antítese à PEB de Lula. A presente seção objetiva, em primeiro lugar, entender os fenômenos que marcaram tanto o cenário doméstico brasileiro quanto o regional e que colaboraram para impulsionar as mudanças em política externa. Concomitantemente, a tese de Hermann (1990) será aplicada a esses acontecimentos, de forma a servir para o propósito basilar da pesquisa que é o de compreender o reordenamento sofrido pela PEB para o CRS da América do Sul quando analisada sob a égide de dois diferentes presidentes: Lula (2003-2010) e

Bolsonaro (2019-2022). Em segundo plano, pretende-se analisar a gradual queda da UNASUL e as implicações disso para os movimentos de integração e coesão no CRS, além de investigar a Prosul e o seu significado para a região.

3.1 A mudança de regime e a aplicação do modelo de Hermann

Desde 2013, o Brasil enfrenta graves crises econômicas e políticas, naturalmente com pontos mais tranquilos e pontos mais severos. Segundo dados do IPEA (2014), o Brasil superou de forma instável e lenta a maior recessão da sua história e, em 2014, encerrou a sua atividade econômica de forma estagnada. Além disso, o Produto Interno Bruto (PIB) seguiu em retração, registrando queda de 3,5% em 2015 (IPEA, 2015, s.p, apud BEZERRA, 2020, p. 28). Como consequência direta da crise econômica, o nível de desemprego também foi abundante entre os brasileiros, haja vista que o país apresentou dados extremamente preocupantes e históricos durante o período entre 2014-2017.

No ano de 2016, a então presidente do Brasil, a Sra. Dilma Rousseff, sofreu um processo de impeachment que agravou ainda mais o cenário bastante instável a nível doméstico das crises, além de

causar grande polarização na esfera da política brasileira (G1, 2016, s.p). Dessa forma, a cassação do mandato presidencial de Rousseff se deu em 31 de agosto de 2016, com a ascensão ao poder de Michel Temer, que era o vice-presidente do governo Dilma. O cenário problemático e crítico no Brasil não encontra um fim com o governo Temer: durante sua gestão, ele foi denunciado duas vezes pelo Supremo Tribunal Federal e pela Procuradoria-Geral da República, por crimes de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução de justiça (MAZUI et al, 2018, s.p).

Como destacado por Hermann (1990), um dos pontos incentivadores para a mudança em política externa está na reestruturação doméstica, e pode-se afirmar que o Brasil enfrentou essa reformulação quando Jair Bolsonaro tomou posse em 2019. Deputado pelo estado do Rio de Janeiro e ex-capitão do Exército Militar brasileiro, Bolsonaro surgiu aos poucos em meados de 2016 como forte opositor ao governo de Rousseff- na realidade, o ex-presidente estava presente no dia da votação sobre o impeachment na Cafsa da Câmara dos Deputados e ele foi perceptivelmente claro em suas colocações acerca do governo.. Além dessa fala, Bolsonaro

nunca poupou críticas aos governos brasileiros passados, o que somente o ajudou a conquistar mais o eleitorado que estava descontente e frustrado com a situação do Brasil e o seu histórico político.

A respeito de sua política externa, o ex-diplomata brasileiro Paulo Roberto de Almeida indagava no seu artigo “Cadê a política externa” (2019) onde ela estaria, se ela se encontra na luta contra o marxismo cultural, ou então firmada no pensamento olavista sobre o que seria o globalismo. O artigo, carregado de críticas abertas à diplomacia Bolsonarista, levanta questões e reflexões acerca dos novos caminhos para a atuação internacional do Brasil. O pensamento por trás da construção da atuação internacional brasileira dessa gestão é discrepante da cultura e do padrão diplomático que o Brasil adotou por muitos anos. Como afirmado por Vidigal (2019), a política exterior Bolsonarista, como um todo, representa um rompimento com a tradição brasileira,

a posse de Jair Bolsonaro e os meses iniciais de seu governo provocaram um amplo debate sobre os rumos da política exterior brasileira. Anúncios bombásticos como a aproximação com Israel e Taiwan, a restrição de investimentos chineses, a limitação da integração na América Latina a “países que não sejam ditaduras” e a pressão para mudar acadêmicos, diplomatas e militares, em geral acostumados com discursos mais prudentes, serenos e

fiéis à trajetória diplomática do país (VIDIGAL, 2019, p. 01).

O quadro a seguir tem como propósito comparar de forma ilustrativa as continuidades e rupturas da política externa brasileira desde 2003 até 2019. Ele foi baseado amplamente no quadro montado por Vidigal (2019) ².

Para Hermann (1990) manifestações por mudança no âmbito interno propiciam o fenômenos de ajustes na política externa, de forma a tornar essa política pública o mais próxima possível do interesse nacional; afinal, política exterior nada mais é que a representação de necessidades domésticas a nível internacional, de forma a alcançar os objetivos estabelecidos pelo governo. O segundo fator sugerido pela tese de Hermann (1990) e que pode ser aplicado ao caso brasileiro é a personalidade do governo da vez. O autor defende que, baseado no argumento de Holsti (1982), as variáveis de personalidade possuem um impacto substancial no processo de reordenamento de uma política exterior. De fato, se forem colocadas em posto de comparação, as personalidades de Lula e de Bolsonaro são diferentes, não somente isso, mas também as configurações ideológicas dos dois governantes se contemplam em lados opostos do

espectro da ideologia política: Lula é de esquerda, ao passo que Bolsonaro é de direita.

Aplicando a tese de Charles Hermann a respeito dos possíveis níveis de mudanças ao caso da mudança substancial em relação aos governos não subsequentes de Lula e Bolsonaro, é perceptível que o que houve na política externa brasileira em relação à América do Sul foi uma mudança de objetivo/problema, alteração de 3º grau para Hermann. A política externa bolsonarista é uma que coloca a ideologia em primeiro lugar, e aparenta negligenciar a diversificação de parceiros e o respeito ao pragmatismo da diplomacia brasileira, dado isso, existe uma preferência em integrar-se a outros Estados que possuam, preferencialmente, o alinhamento à direita. Portanto, a América do Sul deixa de ser prioridade e há uma grande preocupação com os Estados Unidos, com o objetivo de aproximá-lo das questões de segurança na região, o que subdivide ainda mais os países do Cone Sul do Norte Andino. Hermann (1990) classifica esse específico grau de reordenamento como uma mudança de propósito de fato.

O quadro aplica a tese sobre reordenamento em política externa ocorrido entre os governos Lula e

Bolsonaro³.

A próxima e última seção desta peça visa entender o gradual processo de quebra da UNASUL e analisar a PROSUL e seus objetivos para a integração regional sul-americana em termos de segurança e defesa.

3.2. O fim da UNASUL e o futuro do CRS da América do Sul

O complexo sul-americano de segurança é repleto de obstáculos. Para Fuccille e Rezende (2013), os problemas mais proeminentes são a presença dos Estados Unidos na região e a fragmentação do CRS em dois sub-complexos, o Norte Andino e o Cone Sul. O gradual processo de arrefecimento dos ânimos para a integração regional pode ser percebido, especialmente, pela diminuição do escopo de atuação da UNASUL ao longo dos últimos anos, logo ela que era a maior instituição sul-americana para diálogos sobre segurança. De acordo com Vaz, Fuccille e Rezende (2018), a UNASUL falhou em diversos momentos ao não ser o suficiente para suprimir as dificuldades da região em relação ao tema de segurança.

Ainda que fosse mister para a coesão do CRS, a região deixou de ser prioridade para o Brasil há pelo menos

oito anos, resultando, eventualmente, na saída do Brasil da UNASUL em 2019 através da denúncia do Tratado Constitutivo (BRASIL, 2019). Devido a diferenças ideológicas, a comunicação e o diálogo entre as nações sul-americanas, especialmente no governo Bolsonaro, ficou mais escasso e complexo. A política exterior bolsonarista deu diversas declarações que demonstraram quase nenhuma preocupação com a integração sul-americana, a citar exemplos: em 2019, Bolsonaro afirmou que “tudo pode acontecer” (VEJA, 2019) sobre a saída do Brasil do Mercosul. Ao passo que a política de Lula fomentava processos de integração, o governo Bolsonaro corria na direção contrária, deixando de lado os vizinhos geográficos para priorizar relações com os Estados Unidos.

Um momento muito particular e ilustrativo da prioridade Bolsonarista com a política externa foi quando, em setembro de 2020, o ex-secretário de Estado Mike Pompeo visitou as ilhas Guiana exatamente na mesma data em que ocorria um exercício militar brasileiro de simulação de guerra contra países sul-americanos na região da Amazônia. Uma reportagem do jornal “O Globo” mostrou que o governo na época despendeu cerca de R\$ 6 milhões de reais para simular uma guerra na América

do Sul. A operação foi batizada como “Operação Amazônia” e ela foi o primeiro exercício de tal natureza na região, de acordo com o próprio Exército brasileiro (UOL, 2020, s.p), o Brasil nunca antes simulou tal nível de hostilidade contra outro Estado sul-americano.

Em 2019, a Colômbia e o Chile, com o apoio brasileiro, criaram um foro regional para o diálogo sobre integração, chamado PROSUL. A instituição prometia ser menos burocrática e mais eficiente, mas, no entanto, lhe faltava a robustez e organização que a UNASUL e o seu Conselho de Defesa Sul-Americano tinham. Ademais, quatro Estados sul-americanos não integraram o grupo, o que demonstra a rasa abrangência que Foro tem para tratar sobre temas de defesa e segurança. De acordo com Cruz (2020, p. 120),

Baseada em um discurso ideológico excludente, a criação do Prosul tornou simplória, genérica e precária a proposta de integração e cooperação regional que vinha sendo desenvolvida nos últimos anos. O PROSUL destruiu a capacidade organizacional e democrática dos países do subcontinente em torno de um projeto comum para a soberania e autonomia sul-americana. Por outro lado, indica a ampliação e aprofundamento dos laços de dependência e subordinação [...], sobretudo com os Estados Unidos.

Portanto, dois fatos ficam evidentes a partir dessa análise: a política externa de Bolsonaro de alinhamento automático

aos Estados Unidos apresentava-se como perigosa para o complexo regional sul-americano, pois ele permite uma maior participação do país em questões das quais ele não deveria necessariamente participar. Além disso, o ápice da integração regional da América do Sul foi experimentado com a UNASUL e o seu CDS, instituições robustas e significativas dos esforços dos países da região em construir um complexo regional de segurança mais íntegro e com uma identidade sul-americana mais marcada. Contudo, após Bolsonaro, o CRS sobrevive através da prática diplomática ritualística que impossibilita o encerramento por completo de seus processos. Por ora, o maior desafio do CRS se aprofunda: a separação do CRS em dois sub complexos, o Norte Andino e o Cone Sul, principalmente por questões ideológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito central desta pesquisa foi brevemente analisar duas diferentes políticas externas brasileiras para a promoção da integração do complexo regional de segurança sul-americano sob a égide de dois proeminentes governos: Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022). Além disso, foi feita uma análise acerca

do nível de mudança sofrida por essa política com base na tese de Charles Hermann (1990) a respeito dos possíveis níveis de mudança e os fatores que o impulsionaram.

A parte final do segundo capítulo trabalha a política externa brasileira do governo Lula (2003-2010) e a sua importância para as dinâmicas da região, especialmente no âmbito de segurança regional. Como resultado não somente dos antecedentes históricos, mas também das vontades do próprio chefe de governo aliada ao momento vivido pela região, a coesão e a constituição de uma identidade sul-americana atribuída à dinâmica de segurança tornam-se mais concretas no contexto do CRS. Dessa forma, observa-se, durante esse período, o crescimento de uma iniciativa que tinha como objetivo construir uma comunidade de segurança, nível mais elevado de cooperação no contexto do CRS, no complexo sul-americano.

Dois objetos de análise para esse momento são a União de Nações Sul-Americanas e o seu Conselho de Defesa Sul-Americano. Dado isso, entende-se que tanto a política externa de Lula quanto a situação vivida pelos outros países da América do Sul propiciaram tal momento próspero para o diálogo regional sobre segurança. Por fim,

é correto inferir que uma interrupção desse movimento integracionista poderia propiciar uma tendência litigiosa entre os Estado e, portanto, conclui-se que quando o CRS não possui coesão, o cenário tende a ficar mais conflituoso e arriscado para as relações internacionais.

A saída do Brasil da UNASUL, em 2019, já no governo Bolsonaro, sinaliza o fim de um importante projeto de integração iniciado a partir dos anos 2000, empenho consagrado pela UNASUL e pelo seu CDS. A terceira seção pretende aplicar, finalmente, o modelo de Hermann (1990) e entender a política externa brasileira de Bolsonaro para o CRS, além de refletir acerca do futuro do complexo. A tese sobre mudança em política externa evidencia que dos quatro, três fatores impulsionadores foram constatados: liderança do governo, reestruturação doméstica e choques externos. De fato, a corrente atuação internacional mostra-se bem discrepante da tradição diplomática do país (VIDIGAL, 2019), isso é refletido na atuação brasileira na região já sob o governo Bolsonaro: ao passo que Lula dava fomento ao diálogo com todos os Estados sul-americanos e pretendia criar um foro que fosse essencialmente da região, Bolsonaro exclui os vizinhos que não compartilham de seus ideais e convida Estados

estrangeiros para participar da segurança regional da América do Sul.

A pergunta da pesquisa, as consequências da PEB de Bolsonaro para o complexo regional de segurança sul-americano, pode ser, finalmente, respondida: a consequência mais proeminente, neste momento, é a completa fragmentação do CRS entre dois diferentes sub complexos, a partir do momento que o Brasil coloca cada vez mais a ideologia em primeiro plano. Ademais, uma outra consequência plausível é a perda total da identidade sul-americana sobre os processos de segurança regional, já que, cada vez mais, atores do Eixo Norte como os Estados Unidos participam e interferem sobre os projetos de integração.

NOTAS

¹ Graduada em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília.
E-mail: mariabiasalomao@gmail.com.

² Quadro 1 - Continuidades e rupturas na política externa do Brasil desde 2003 a 2019

Tema/Governo	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro
<i>Comércio</i>	Multilateralismo	Multilateralismo	Bilateralismo	Bilateralismo
<i>Organizações internacionais</i>	Participação ativa e ativa	Low-profile	Low-profile	Participação ativa e problemática
<i>Estados Unidos</i>	Diálogo fluido e compartilhamento de interesses	Parceria econômica	Parceria tradicional	Parceria abrangente em todas as áreas
<i>Integração regional</i>	Integração sul-americana, Mercosul, UNASUL e CDS	Integração sul-americana, Mercosul, UNASUL e CDS	Mercosul, Aliança do Pacífico. Afastamento da Unasul	Mercosul, Aliança do Pacífico. Afastamento da Unasul
<i>Venezuela</i>	Membro pleno do Mercosul	Membro pleno do Mercosul	Suspensão do Mercosul	Suspensão do Mercosul

Fonte: Vidigal, 2019, p. 04

³ Quadro 2 - Aplicação do modelo de Hermann (1990) para o caso

Agentes	Reestruturação doméstica	Mudança de chefia	Choques externos	Nível de mudança da PEB para o CRS
Governo Bolsonaro	Crises políticas e econômicas	Novas formas de governar de Bolsonaro	Crises na América do Sul	3. Mudança de objetivo

Fonte: Elaboração própria.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Cadê a política externa?**. Veja, Brasília, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/cade-a-politica-externa/>. Acesso em 09 de maio de 2023.

AMORIM, Celso. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 53, p. 214- 240, 2010.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas**. 2008. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/TRAT_CONST_PORT.pdf. Acesso em 08 de maio de 2023.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Denúncia do Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)**. 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20291-denuncia-do-tratado-constitutivo-da-uniao-de-nacoes-sul-americanas-unasul>. Acesso em 07 de maio de 2023.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security** 3. ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

CEPIK, Marco. Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural. **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 9. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2005.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. An Assessment of the Lula Era. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Ano 53, n. 1, Brasília, Ibri, p. 01-02, 2010.

CRUZ, Dayana A. M. O. Os rumos da integração regional no subcontinente: da UNASUL ao PROSUL, o que mudou? **Revista Geopolítica**, v. 8, n. 3, out/dez 2020.

DEUTSCH, Karl W.; et. al. **Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the Light of Historical Experience**. 1. ed. New York: Greenwood, 1969.

FLEMES, Daniel. Notas Teóricas sobre a Formação de uma Comunidade de Segurança entre a Argentina, Brasil e o Chile. Curitiba: **Revista de Sociologia e Política, São Paulo**, v. 7, nº 24, p. 142-183, jun. 2005.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo Regional de Segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. **Contexto Internacional**, v. 35, n.1, p. 77-104, 2013.

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOLSTI, Kalevi Jaako. Restructuring foreign policy: a comparative analysis. In: HOLSTI, Kalevi Jaako (Ed.). **Why nations realign**. London: Allen and Unwin, p. 58-73, 1982.

HURRELL, Andrew. Security in Latin América. **International Affairs**, v. 74, n. 3, p. 529-546, 1998.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 1-16, nov. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Carta de Conjuntura**, n. 25, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/150318_cc_dez2014_final1.pdf.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Carta de Conjuntura**, n. 29, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/160318_carta_de_conjuntura_29.pdf.

EXÉRCITO simulou guerra entre países da Amazônia e gastou R\$6 mi. **UOL Notícias**, São Paulo, 14 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/10/14/exercito-simulacao-guerra-amazonia-venezuela-jornal.htm#:~:text=O%20Ex%C3%A9rcito%20gastou%20R%24%20milhões,Lei%20de%20Acesso%20%C3%A0%20Informação%20A3o..> Acesso em 08 de maio de 2023.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in World Political Economy**. [S. l.]: Princeton University, 1984.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

MAGALHÃES, Diego Trindade d'Ávila. **A Formação de uma Comunidade de Segurança na América do Sul**. Orientador: Alcides Costa Vaz. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010. p. 158.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, ed. 2, p. 273-335, julho/dezembro 2007.

MAZUI, Guilherme et al. **Aos 2 anos, governo Temer festeja economia, mas enfrenta impopularidade, denúncias e crise política; relembre**. G1, Brasília, 12 mai. 2018.

Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/aos-2-anos-governo-temer-festeja-economia-mas-enfrenta-impopulabilidade-denuncias-e-crise-politica-relembre.ghtml>.

MELLO, Flávia de Campos. O Mercosul e a ALCA. In: ALBUQUERQUE, J. A. G.; OLIVEIRA, H. A. de (Org.). **A ALCA e os blocos internacionais**. São Paulo: FTD, v. 2. 1998. p. 59-74.

SARAIVA, Miriam Gomes. Brazilian foreign policy towards South America during the Lula Administration caught between South America and Mercosur: caught between South America and Mercosur. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Ano 53 n.1, Brasília, Ibri, p. 151-168, 2010.

TODOS os estados e o DF têm atos pró-Dilma e contra o impeachment. G1, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/estados-e-o-df-tem-atos-pro-dilma-e-contra-o-impeachment.html>. Acesso em 07 de maio de 2023.

VAZ, Alcides Costa; FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira Rezende. UNASUR, Brazil, and the South American defense cooperation: a decade later. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 60, n. 2, 18 jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7329201700212>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292017000200211.

BRASILEIROS EMIGRANTES E A POLÍTICA EXTERNA, DESDE OS ANOS 80 ATÉ O SÉCULO XXI

Catarina Avancini Bassan Caixeta¹

RESUMO

Este artigo busca abordar a emigração brasileira e sua política externa, desde os anos 80 aos atuais anos do século XXI, salientando os principais pontos da correlação entre ambos, de forma sucinta e direta, com o objetivo de abordar uma diferente e, ainda pouco estudada, forma de migração, e sua devida relevância. Poderemos observar por meio da emigração como a diplomacia, a política e o mundo se unem pelo bem dos seus cidadãos e como esses buscaram melhores condições de vida no decorrer desse período. Inicia-se com a introdução, seguida da explanação acerca das políticas criadas pelo Estado, com exemplo real da relação de dois países (Brasil e Portugal) e o que fizeram para tratar deste tema, e na conclusão chegamos a um entendimento maior sobre emigração e PEB, e sobre a importância de se estudar tal assunto, principalmente pelo fato do saldo migratório brasileiro ser considerado negativo, com 1.079.708 estrangeiros vivendo no país, e 1.897.128 brasileiros morando em outros locais (OIM, 2023).

Palavras-chaves: Diplomacia; direitos; emigração brasileira; migração; política externa.

INTRODUÇÃO

O Brasil sempre foi muito atrelado com a questão migratória. A sua formação histórica social se deve muito ao fato das diversas imigrações, que ocorreram desde a colonização até os dias atuais, sobretudo durante o século XIX e começo do XX, onde imigrantes de diversas nacionalidades do mundo vieram se estabelecer no país. Para se ter uma ideia, cerca de 1,4 milhões de imigrantes vieram ao Brasil entre 1890 e 1900, o dobro da década anterior (Michel Schlesinger, 2019). Surgia então a primeira necessidade da criação de uma política externa brasileira para atrair esses imigrantes e começar a formar a sociedade brasileira de hoje.

Entretanto, a partir dos anos 1980 começa a acontecer um fenômeno diferente. Um país tão acostumado a receber imigrantes, se viu em um momento de transição migratória, saímos de “booms” imigratórios, para um emigratório, ou seja, brasileiros deixando o país na busca de melhores condições de vida. Se antes havia o fluxo das populações dos grandes países em direção às novas economias do globo, como por exemplo, italianos migrando para o Brasil e Argentina, ou japoneses para o Peru e Brasil, percebemos uma

mudança global de comportamento nessa década, não somente brasileira, mas de pessoas de países em desenvolvimento buscando nos países desenvolvidos (mais relacionados aos países do Hemisfério Norte), uma diferente condição de vida. Podemos até mesmo observar tais fatos na relação Brasil e Portugal, dois países que viram a necessidade de trabalhar na construção de um alinhamento político nessa área. Aproveitando o laço que já haviam estabelecido e se tornando um exemplo importante para futuras políticas emigratórias.

O Estado brasileiro buscou, então, acrescentar na sua política externa e reformulá-la para poder acompanhar essa mudança, sendo importante focar na relação desse fluxo com política, pois ela “[...] consiste em metas e medidas destinadas a orientar as decisões e ações dos governos no que se refere a assuntos externos, particularmente suas relações com outros países” (JACKSON; SORENSEN, 2010, p. 322). A consequente situação do país se mostraria presente e crescente nas próximas décadas, pois o período do começo da estagnação brasileira, os anos 1980, e muitos especialistas acreditam que possamos ainda estar nela, ou seja, se estendeu, e muitos brasileiros viram (e vêem) o

exterior como muitos estrangeiros viram o Brasil um dia, por isso a urgência de estudar mais profundamente e buscar soluções mais rápidas para esse evento que está ocorrendo.

Já nesses últimos anos, mais especificamente em 2021, observamos um aumento do número de brasileiros saindo do país em relação à última década. Como aconteceu em 2015 e 2016 devido à crise econômica, em 2021 vimos uma intensificação com a recente pandemia. Especialistas temem a volta de um cenário parecido com os das décadas de 1980 e 1990. Os fluxos tendem a aumentar e/ou diminuir de acordo com a situação econômica, política e social do país. Como aponta Cervo (2008, p.180), “As estatísticas das migrações refletem, portanto, o processo de desenvolvimento como um todo, de tal sorte que o movimento anda ao compasso do nível de bem-estar da sociedade”.

Como explicitado na constituição, artigo 5º, inciso XV: LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. Ou seja, é um direito do brasileiro deixar o Estado e um dever do Estado estar presente politicamente, integrando o Ministério das Relações

Exteriores (MRE), para seguir a constituição por meio da emigração também.

Estudando esses fatos e acontecimentos percebemos que existe sempre a necessidade da criação de políticas voltadas à área emigratória e não somente em relação a imigratória como o país já era bem especializado. Criar essas políticas ajudaria a ampliar o debate sobre as causas e consequências desse fenômeno, como também estabelecer qual seria o papel do Estado nessas situações. Estudar emigração é um caminho para entender como um país é economicamente, politicamente e socialmente, e como ele pode melhorar em todas essas áreas. Por isso a importância do gerenciamento de fluxos migratórios.

AS POLÍTICAS CRIADAS

A perda do poder econômico brasileiro a partir dos anos 1980 é, se não, o motivador inicial para o início do novo fluxo. A perda de liberdade individual decorrente do período ditatorial também foi um outro ponto importante. Adicionando uma inflação que se alastrou para a década de 1990, o que fazia da adaptação estatal uma obrigação.

Foram então criadas medidas como o aprimoramento dos serviços consulares quanto à dupla cidadania, que foram de extrema importância para fortalecer os laços do Estado com os emigrantes. A opção de voto no exterior para os brasileiros, garantindo o uso da cidadania mesmo fora do país, e facilitação do envio de remessas internacionais, principalmente no setor de transferência de divisas, contribuindo na movimentação de capital, são resultados da implementação de políticas internacionais.

O governo brasileiro começou a criar políticas emigratórias mais rapidamente no começo do século XXI, porém mesmo nos anos 1990 já se fazia presente uma pequena ideia do que deveria vir no futuro. Em 1995, por exemplo, foi criado o Programa de Apoio aos Brasileiros no Exterior, pelo então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, na qual consta a criação de consulados itinerantes para atender os brasileiros em regiões estrangeiras.

Em 17 e 18 de julho de 2008, (já no século XXI), foi realizada a primeira Conferência “Brasileiros no Mundo”, no Palácio do Itamaraty do Rio de Janeiro. Coordenada e organizada pela Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) do

Ministério das Relações Exteriores. Uma demonstração importante de que a realização de eventos voltados à área de emigração devem estar na agenda do governo, pois colaboram no diálogo com os seus nacionais. Seguida por mais uma conferência em 2009, e a terceira em 2010, onde é importante salientar que foi a primeira que contou com a participação direta do presidente da república e de outros altos cargos do governo, o que consequentemente gera uma divulgação maior do tema. Ou seja, no decorrer de vários anos o governo foi percebendo que a política externa deve ser sempre pensada e repensada. Independente do governo que se encontra no poder, o tema não pode sumir da agenda do MRE. Como declarado pelo representante dos brasileiros na Suíça, Ocirema Kukleta, que estava presente na última conferência em ocasião:

O Itamaraty começou a enxergar que existem brasileiros fora. Nunca considerou o público que está fora, mas agora está considerando. Essa mudança de comportamento, mesmo não acontecendo sempre nem por parte de todos, está em andamento. Existe uma marcha de todas as pessoas engajadas para que aconteça essa mudança política. No primeiro encontro europeu que nós tivemos- com 77 pessoas de onze países- o MRE sequer compareceu. Hoje, estamos aqui com o presidente, com ministros, com o governador e o prefeito do Rio. Vejo que esse peso político é uma grande conquista (apud ITAMARATY, 2010, s.p).

O governo brasileiro, em 2010, enviou para o congresso o pedido de ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (a qual haviam assinado no ano anterior), o que é um outro exemplo de ações que o governo pode implementar. Como também a criação da Comunidade Brasileiros no Mundo, pelo Decreto 7.214 de 2010 e antes disso em 2006, o surgimento da Subsecretaria Geral de Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), ambos defendendo a criação de políticas para essa diáspora brasileira, como a integração e comunicação entre os ministérios, não somente o MRE e o Itamaraty, mas também com a colaboração do Ministério do Trabalho e da Justiça, por exemplo, para o desenvolvimento de programas, como os citados acima, mas de forma institucionalizada. Todas essas realizações são de extrema importância para a política externa brasileira (PEB), que está buscando constantemente se destacar internacionalmente (poderia se tornar mais ainda um ponto forte do país). As questões migratórias são sempre levadas aos fóruns e organismos mundiais, onde o Brasil sempre defendeu diretrizes como direitos humanos, que são pautas na questão emigratória, ou seja, o país

começava a criar todas essas ações como uma forma de se manter de alguma forma no cenário global.

Por exemplo, o Ministério da Previdência Social negocia tratados bilaterais previdenciários que pretendem garantir aos brasileiros no exterior o direito de contarem com seu tempo de serviço para aposentadorias, ou seja, não precisam estar no país para reivindicarem esse direito. Esse caso é uma demonstração de como a PEB pode formular uma política efetiva, não somente por declarações ou falas em organizações mundiais que constantemente não saem do papel. “O gerenciamento da política externa exige planos de ação cuidadosamente estudados e adaptados aos interesses e preocupações— ou seja, os objetivos— externos de um governo” (JACKSON; SORENSEN, 2010, p.322).

POLÍTICA DE DUPLA-FACE: O CASO BRASIL E PORTUGAL

A política de dupla-face é uma política voltada para a resolução de questões entre dois países. O interesse do Estado brasileiro em políticas específicas voltadas para os emigrantes em países vizinhos deve-se às implicações das relações bilaterais que são facilitadoras no

entendimento sobre a relação política externa e emigrantes. A proximidade histórica entre o Brasil e Portugal tornou possível a realização de diversas conversas entre ambos. A ida de brasileiros à Portugal pode ser muito bem explicada por esse laço também. Sendo assim, os dois países se viram na obrigação de criar políticas externas que entrelaçam o fluxo de suas populações. Mesmo não sendo a maior comunidade em termos numéricos de brasileiros emigrantes, é de grande relevância na área documental e institucional, pois os brasileiros são a maioria da população estrangeira em Portugal. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal, o Brasil ocupa a primeira colocação, sendo a maior comunidade, em 2021 foram 199.810 mil brasileiros que entraram no país, uma variação de 82% desde 2011, de acordo com INE. No total são cerca de 233.138 mil brasileiros em 2022, de acordo com os dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal).

É importante salientar encontros como este que provam que é possível criar uma política dupla-face e o quão importante ela é no papel da PEB, como o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, em 2001;

e a Carta de Lisboa, que surgiu depois do primeiro Encontro Ibérico de Comunidades Brasileiras no Exterior em 2002, na Universidade Católica de Portugal em Lisboa, que contava com representantes do governo brasileiro e português, sendo considerada bem-sucedida, nela era proposta a formulação de políticas públicas para emigrantes brasileiros. Especificamente entre os dois países em questão, o Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Já da parte da lei portuguesa houve uma recente mudança (2022) na Lei dos Estrangeiros (2007), legislação que regula a entrada e permanência de imigrantes em Portugal, aprovou mudanças que podem ser benéficas para os brasileiros que pretendem se fixar no país. Uma seria a possibilidade de solicitar visto para procurar emprego em Portugal, e a outra seria facilitar a emissão de vistos para estudantes e trabalhadores oriundos da **CPLP** (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), logo por o Brasil fazer parte, está também incluído.

Observamos dois países que são inteiramente entrelaçados historicamente, onde subentende-se que já devia existir um certo controle sobre questões migratórias, mas nem mesmo

esses dois países próximos apresentavam políticas concretas até o “boom” emigratório. Não se pode esperar que a população esteja por se só, ou que em muitos casos, se humilhe para ter condições de vida dignas fora do Brasil. O Estado brasileiro percebeu e mudou sua posição e, assim, foi o começo de uma nova relação entre portugueses e brasileiros. Se políticas ainda estão sendo criadas para melhorar o fluxo migratório entre dois países que são extremamente próximos historicamente, devemos imaginar a dificuldade que brasileiros passam estando em países mais distantes. Por isso, deve-se criar estudos únicos e preparados para se moldar de acordo com cada país e situação. Mantendo sempre o governo, a diplomacia e os cidadãos brasileiros respeitados e preparados para eventuais acontecimentos em relação a esse tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, a percepção das migrações internacionais como um tema estratégico nas no século XXI vem sendo adotado por todos os governos. Agora o mundo experimenta constantes fugas de cidadãos, devido a globalização, crises, oportunidades de estudos, etc. Com o Brasil não seria diferente. De acordo com

Amado Cervo (2008, p. 182), a tendência era “[...] o fluxo humano aumentar do Sul para o Norte e de envolver cada vez mais a lei e os governos em seu controle e monitoramento”. Logo, o país da imigração já começa a buscar investir o mesmo tempo na gestão de política pública para a questão emigratória. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, em 2020, a comunidade brasileira no exterior era de cerca de 4,2 milhões de pessoas. Salienta também o aumento de 600 mil brasileiros em relação a 2018.

Se torna premente criar uma política externa voltada para esse cenário. O país já melhorou seus canais institucionais, como a comunicação entre Estado e emigrante, já melhorou o atendimento consular, as medidas de remessa, assim como a resolução de problemas internacionais demandados pelos brasileiros fora de casa, à exemplo da dupla-face Brasil e Portugal. Como afirma Celso Lafer (2009, p.143): “No plano diplomático, na avaliação do sentimento das suas próprias forças, um país como o Brasil não pode nem subestimar o seu peso no mundo e a sua relevância para os demais países.” Sendo assim, deverá continuar focando sempre na evolução das leis e na preparação do governo em relação a elas. Ainda é preciso melhorar a

identidade que a PEB quer transparecer, mas é importante compreender que tais esforços durante esses durante mais de 40 anos foram de extrema importância para o que entendemos como emigração brasileira.

NOTAS

¹ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília.
Email: catarina.bassan@gmail.com

Referências

GITARRARA, Paloma. **Imigração no Brasil**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm>. Acesso em: 24 de jun. de 2022.

MILANEZ, Livia Castelo Branco Marcos. **Brasileiros no exterior**: formulação de política externa e formação de comunidades. 2013.

MILESI, Rosita; FANTAZZINI, Orlando. **Cidadãos e Cidadãos Brasileiros no Exterior**: O Documento de Lisboa, a Carta de Boston e o Documento de Bruxelas. In: I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior Brasileiros no Mundo. 1999. p. 317. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/brasil/leiros/1conferencia_comunidades_br_mundo.pdf#page=317. Acesso em: 26 jun. 2022.

POLITIZE. **Inciso XV - Liberdade de locomoção** | Politize! Disponível em: <https://www.politize.com.br/artigo-5/liberdade-de-locomocao/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

USHIJIMA, Fernanda Rais. **A política externa brasileira para os emigrantes e seus descendentes**. Cultura Acadêmica, 2012.

REIS, R. R. A política do Brasil para as migrações internacionais. Contexto Internacional, v. 33, n. 1, p. 47–69, jun. 2011.

REIS, R. R. **A política do Brasil para as migrações internacionais**. Contexto Internacional, v. 33, n. 1, p. 47–69, jun. 2011.

VEIGA, Edison. **O Brasil vive o maior êxodo de sua história**; aumento em relação a 2012 é de 122%. Brasil de Fato, 13 de dez. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/13/brasil-vive-o-maior-exodo-de-sua-historia-aumento-em-relacao-a-2012-e-de-122#:~:text=Segundo%20um%20levantamento%20do%20Minist%C3%A9rio,o%20aumento%20foi%20de%20122%25>. Acesso em: 26 jun. 2022.

A INTERNACIONALIZAÇÃO BRASILEIRA: A LENTA MODERNIZAÇÃO APÓS O CONSENSO DE WASHINGTON

Matheus Nascimento Moraes¹

RESUMO

A seguinte pesquisa teve como objetivo analisar as particularidades da inserção brasileira no modelo globalizado da economia no período pós-Consenso de Washington (1990-1999), quando o Brasil incorporou de fato o reajuste econômico e discursivo à sua realidade. Nesse sentido, em primeiro lugar, foi necessário fazer considerações referentes ao histórico de racionalidade econômica do Brasil diante do meio internacional; em segundo lugar, são discutidos o contexto, o conteúdo e os efeitos do documento nomeado “Consenso de Washington”; e, por fim, a análise se debruça sobre os meandros da Modernização do Brasil ao longo da década de 1990, momento no qual o país se via em meio a um contexto de crise econômica interna e, simultaneamente, precisaria se adaptar às transformações da economia globalizada. Em síntese, argumenta-se que a “democracia de mercado” implementada gerou frutos muito aquém dos esperados, dos quais algumas condições de fragilidade econômica foram subproduto, reforçando o caráter de dependente da condução do processo.

Palavras-chave: Inserção; Economia; Consenso de Washington; Modernização; Globalização.

INTRODUÇÃO

O surgimento dos mercados globais acarretou mudanças substanciais na realidade mundial. A ideologia neoliberal e a predominância dos mercados passaram a ditar o ritmo da economia internacional a partir da década de 1990, sobretudo por meio da intensificação das trocas entre países. Logo, gerou-se a necessidade de uma maior convergência de processos e regulações, o que aponta para a aproximação como uma das tendências históricas da época. No entanto, apesar do amplo crescimento econômico proporcionado pelo advento dos mercados globais, o aumento das assimetrias entre o centro do capitalismo e a periferia também se consolidou como uma das faces paradoxais da globalização.

Dessa forma, compreender a realidade específica de um determinado país demanda encarar o seu próprio contexto. Nesse sentido, em um mundo no qual as nações são qualificadas com base em seu grau de desenvolvimento econômico, um país denominado “em desenvolvimento”, tal como o Brasil, tem seus esforços políticos nacionais e internacionais determinados por essa condição. Além disso, essa missão se

torna ainda mais complexa se considerar-se o fato de que o mundo atravessava um momento de transição, e os países teriam que se adaptar de maneira eficiente aos novos padrões e processos a fim de minimizar eventuais prejuízos trazidos pela nova realidade.

Diante desse cenário internacional, o Brasil enfrentou dificuldades para encontrar uma doutrina que fosse capaz de guiar o país de forma segura rumo à sua internacionalização. Após o Consenso de Washington, o paradigma desenvolvimentista, que havia impresso continuidade e racionalidade à política exterior do Brasil por mais de sessenta anos, pareceu ser perdido à medida que a modernidade exigia mudanças. Portanto, buscar-se-á compreender como foi a adaptação brasileira à nova economia internacional durante o período pós-Consenso de Washington, não somente em termos dos paradigmas teóricos que orientaram os esforços brasileiros, mas também em termos materiais, observando-se quais foram os principais compromissos assumidos pelos tomadores de decisão da época e seus resultados. Ainda, pretende-se realizar uma breve discussão sobre o Consenso de Washington em prol do entendimento desse relevante momento da história

história econômica mundial. Por fim, cabe ressaltar que o processo de adaptação do Brasil à nova ordem econômica levou o país a acirrar condições de desigualdade não somente dentro da sua própria sociedade, mas também em relação às nações abastadas do mundo, gerando efeitos — ainda muito significativos atualmente — na sociedade brasileira e na posição do Brasil na economia mundial.

O PARADIGMA BRASILEIRO PRÉ-CONSENSO DE WASHINGTON

A condição brasileira de país em desenvolvimento, ou de Terceiro Mundo, como era chamado à época da Guerra Fria, engendra esforços para que se siga em direção à modernização desde 1930. Desde a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a mobilização em prol do crescimento nacional torna-se, para além de uma política de governo, uma doutrina por si só, que passa a orientar a política externa do Brasil até 1989. Assim, dando forma ao que é chamado de paradigma desenvolvimentista. Sinteticamente, um conceito que contemplava, para os líderes dessa linha, essencialmente duas variáveis: a industrialização e o crescimento econômico (CERVO, 2008). O último deles

José Sarney, ao liderar um país em processo de redemocratização, percebeu que era preciso dar continuidade ao universalismo e à independência outrora aplicados na política externa (CORRÊA, 1996). Ainda, com relação ao desenvolvimentismo, Amado L. Cervo (2015) argumenta que:

O Estado desenvolvimentista, de características tradicionais, reforça o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Trata-se do Estado empresário, que arrasta a sociedade no caminho do desenvolvimento nacional mediante a superação de dependências econômicas estruturais e a autonomia de segurança (CERVO; BUENO, 2015, p. 489).

Ao longo da década de 1980, no entanto, o paradigma de política exterior vinculado ao desenvolvimento nacional atravessou um período de crises e contradições. De uma parte, os princípios fundamentais utilizados para materializar a busca do Brasil por seu interesse nacional foram mantidos, tais como a independência e o universalismo. De outra parte, as políticas econômicas instáveis aliadas às dificuldades produzidas pelos países desenvolvidos em relação às demandas do Terceiro Mundo se apresentaram como empecilhos ao ritmo crescimento (CERVO; BUENO, 2015). Dessa forma, assim como a maioria dos países em desenvolvimento, o Brasil passou a sofrer

os efeitos do novo sistema capitalista internacional, quando viu reduzida sua capacidade de influenciar seus rumos, quando o paradigma desenvolvimentista não mais era suficiente para buscar o interesse nacional.

O sistema internacional passou, então, a representar um obstáculo aos interesses brasileiros. Um marcante exemplo dessa realidade, era a nova divisão internacional do trabalho, que estabelecia que os países ricos pretendiam reservar para si o controle da informação e da tecnologia de ponta, o que iria produzir uma relação de dependência histórica entre as sociedades pós-industriais e a periferia, na qual os recursos do Terceiro Mundo seriam extraídos pelos países ricos (CERVO, 2015). Ainda, na década de 1980, o Brasil sofreu com o crescimento vertiginoso da sua dívida externa, que se deu pela captação de recursos para o desenvolvimento da base econômica na década de 1970 e pela contratação de empréstimos posteriores (CARDOSO, 1988). Some-se isso à instabilidade monetária e à estagnação econômica vivenciadas pelo país no mesmo período, e ganha forma o cenário de crise econômica pelo qual o Brasil passava.

Portanto, diante de um cenário econômico interno que consistia no

colapso, a estratégia desenvolvimentista tradicional foi substituída em 1989, pois entendia-se que ela havia sido um dos vetores das condições econômicas da época e não resistiria às transformações da nova ordem mundial (CERVO, 2015). No entanto, é válido ressaltar que, ainda que tenha deixado de ser o elemento dominante de sua racionalidade, o desenvolvimento não desapareceu da política exterior brasileira e continuou a ser o objetivo maior da política externa. O que mudaria, a partir de então, na estratégia brasileira, seriam os caminhos pelos quais esse objetivo seria perseguido.

O CONSENSO DE WASHINGTON

Ao final da década de 1980, a crise econômica do Brasil era apenas uma amostra particular de um momento vivenciado por toda a América Latina. Considerada a “década perdida” para o desenvolvimento, o crescimento econômico da região nesse período foi muito inferior aos anteriores, e as nações enfrentavam o grave endividamento externo, ao qual se aliavam os desinvestimentos, devido à crescente fuga de capitais tanto estrangeiros quanto nacionais, alimentando, assim, a

estagnação econômica, em meio a uma inflação descontrolada (BANDEIRA, 2002). Essa crise gerou impactos diretos na economia dos Estados Unidos, já que reduzia, substancialmente, a capacidade da América Latina de importar e de arcar com a dívida externa. Então, o *Institute for International Economics* promoveu uma conferência em 1989, que contou com a participação de oito países latino-americanos, com a finalidade de formular um diagnóstico e sugerir medidas de ajuste para sua superação. O receituário resultante desse diagnóstico ficou conhecido como o Consenso de Washington.

Naquela ocasião, o economista John Williamson apresentou um documento com dez propostas de reforma econômica que buscavam a estabilização monetária e a retomada das leis de mercado, tais como: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as lei do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1990). Sinteticamente, o teor das propostas era

de cunho liberal, ortodoxo e resumia-se na ideia de que o Estado se retirasse da economia, tanto como empresário quanto como regulador.

A ideia central do manifesto realizado por Washington foi, em essência, fundamentalmente oposta ao modelo de industrialização por meio da substituição de importações implementado pelos países em desenvolvimento, nos quais o Estado deveria desempenhar o papel de ator ativo na economia (WILLIAMSON, 2004)². No entanto, de acordo com Portella Filho (1992), o diagnóstico das causas que conduziram a região à extensa crise foi equivocado porque a política econômica já não era tão estatizada como no passado, muitos projetos industriais já contavam com a participação de empresas e organizações multinacionais, assim como bancos estrangeiros. No Brasil, por exemplo, a industrialização já se dava através de capital transnacionalizado. Argumentava-se, também, que o Estado teria ocupado áreas relevantes ao investimento privado com a criação de empresas públicas, debruçando-se no argumento do Estado ineficaz. Além disso, a América Latina foi atingida por fortes choques externos devido ao processo de abertura.

Dessa forma, torna-se possível com-

preender como os países da América Latina permaneceram com suas economias em crise até o final dos anos 1990. Os parâmetros oferecidos por uma análise imprecisa do cenário, aliados a decisões inadequadas de política interna e soluções que correspondiam mais a interesses políticos e ideológicos do que ao restabelecimento da economia latino-americana, foram os fatores que encaminharam o Consenso de Washington a um desempenho decepcionante. O próprio autor das propostas John Williamson reconheceu que o manifesto não foi capaz de alertar sobre alguns riscos que os países enfrentariam ao implementarem as mudanças, assim como negligenciou reformas institucionais e enfocou o crescimento de modo muito estreito (WILLIAMSON, 2004). O que o documento exigia para a América Latina era que ocorresse uma reformulação completa no modo tradicional como a região abordava a política econômica. Já afirmou-se neste texto que o Brasil havia iniciado seu processo de transnacionalização da economia, mas é evidente que esse movimento ainda era incipiente. A tradição desenvolvimentista consistia em uma política mais independente, que não submetia seu projeto de desenvolvimen-

to nacional às demandas hegemônicas da superpotência, como fez a partir de 1990, mas que executava um plano adequado às suas necessidades e características individuais.

A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

A vitória do capitalismo sobre o socialismo torna a agenda democrática neoliberal hegemônica na cena internacional, gerando movimentos reformistas no mundo em desenvolvimento, entre os quais pareceram ganhar peso questões econômicas, comerciais, de competitividade, fluxos tecnológicos, investimentos, fluxos financeiros e temas que compõem o soft power de um país (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Além disso, o arrefecimento das tensões Leste/Oeste, impulsionado pelo fim da Guerra Fria, acarretou em uma perda da força da agenda de segurança e trouxe à tona, na década de 1990, novos temas e agendas para os foros e discussões internacionais, tais como o meio ambiente, direitos humanos e democracia. Dessa forma, o Brasil inicia a sua década de 1990 com o desafio de consolidar, de modo estratégico, a sua inserção em um mundo que se notabiliza pela reavaliação de seu conjunto de valores de forma ampla.

A partir da década de 1990, tanto a economia como a sociedade brasileira avançaram bastante em direção ao capitalismo ocidental: reformas de mercado consolidaram as bases para uma economia que funcionaria em maior conformidade com os mecanismos de mercado do que com as regulamentações do Estado. Com início no governo de Fernando Collor, passando por Itamar Franco e atingindo seu ápice em forma e em força política ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, a ideologia neoliberal acomodou-se no cerne da elite política dos anos 1990. Com efeito, reduzir o tamanho do Estado, promover a abertura da economia, privatizar empresas estatais e controlar os gastos públicos começaram a se tornar as palavras definitivas do Estado brasileiro (PAULANI, 2006).

Esta mudança de rumos viria para consolidar os esforços da inserção internacional brasileira, uma vez que, durante a década de 1980, os processos produtivos haviam se internacionalizado. Portanto, o Brasil precisava acompanhar o movimento da economia global para que não ficasse de fora das novas cadeias produtivas mundiais. Para tanto, adotou uma agenda liberalizante, concretizada nos planos Collor I e Collor II, que

consistia no bloqueio de ativos financeiros, o congelamento de preços ou ainda, o começo da reforma do Estado ao fechar diversas autarquias e colocar em “disponibilidade” cerca de 200 mil servidores federais, além da abertura comercial através da redução de impostos de importação e outras barreiras comerciais (MATTOS, 2015). No entanto, segundo Batista (1993) a reforma liberalizante gerou resultados mais próximos de:

[...] receitas macroeconômicas de austeridade de altos custos sociais e mesmo políticos, em termos de recessão e de desemprego; deixa, inclusive, transparecer satisfação de punir o industrial nacional, ao proceder a um desarmamento tarifário unilateral que coloca os interesses do fornecedor estrangeiro e do consumidor brasileiro de alta renda à frente dos interesses da economia como um todo, de empresários e, em particular, de trabalhadores (BATISTA, 1993, p. 209).

Dessa forma, o objetivo da política externa do governo Collor, em que se organiza uma estratégia de levar o Brasil “ao Primeiro Mundo”, buscou deixar para trás as perspectivas de “Brasil Potência” e “terceiro-mundista” que vinham se consolidando em governos anteriores (MATTOS, 2015). Contudo, considerando-se elementos como a alta inflação e o desemprego, que voltaram a subir após a implementação das reformas, é válido afirmar que a adesão

do país ao receituário de Washington, a abertura comercial e o processo de privatização, tal como ocorreram, foram responsáveis por fragilizar a posição internacional do Brasil e a perspectiva de um desenvolvimento mais autônomo (BATISTA, 1993). Portanto, na medida em que Fernando Collor fez de sua “reforma modernizadora” um reflexo das recomendações do centro hegemônico mundial (FMI e Banco Mundial), as quais não se adequaram às condições econômicas do Brasil, observa-se que a inserção inicial do país à Nova Ordem Mundial se deu, de fato, de modo subordinado, ainda que o objetivo primário do governo Collor buscasse a autonomia.

Após seu *impeachment* em 1992, o vice-presidente, Itamar Franco, assumiu o governo do país em situação econômica instável. Seus dois anos de mandato ficaram marcados principalmente por imprimir continuidade às reformas liberalizantes de Collor, porém de maneira mais moderada, pois, por exemplo, conduzia as privatizações de modo que a presidência da república pudesse ter mais controle sobre o processo, realizando-as de forma mais lenta e seletiva (SALLUM JÚNIOR, 2020). O programa de abertura comercial ao exterior também teve continuidade, foi

mantido o cronograma de redução de tarifas alfandegárias que havia fixado. Ademais, é importante destacar que com o Plano Real— plano de estabilização econômica lançado em 1994— Itamar Franco, aliado a Fernando Henrique Cardoso e sua equipe, foram capazes de implementar as medidas bem-sucedidas no objetivo de estabilizar a economia brasileira e fornecer uma solução à crise da hiperinflação (SALLUM JÚNIOR, 2020).

O subsequente período presidencial, no qual FHC assumiu o comando da nação, ficou marcado historicamente como um momento de materialização da inserção brasileira internacional de modo mais consistente, através da retomada da presença brasileira nos grandes foros multilaterais, adesão aos regimes internacionais e pela compreensão das novas agendas pelo corpo diplomático brasileiro. Em linhas gerais, a gestão FHC notabilizou-se pela consolidação e pela sofisticação de uma política inicialmente formulada e praticada nos governos Collor de Mello e Itamar Franco (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Ao contrário do modelo anterior, a gestão FHC se propôs a modificar a ideia central da política externa brasileira, abandonando a autonomia pela distância— em que o Brasil atuava de modo mais reativo no sistema internacio-

nal— e implementando o modelo de autonomia pela integração, que consistia em participar mais ativamente na organização e na regulamentação das relações internacionais nas mais diversas áreas (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

Nesse sentido, a perspectiva que norteava os esforços de FHC era a de tornar o Brasil um *global trader*. Para tanto, o país deveria ampliar o poder de controle sobre o seu destino. Assim, a política externa viria contribuir para a resolução da agenda interna de desenvolvimento e de crescimento, ajudando a superar os problemas sociais (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). Assim sendo, os esforços empreendidos por FHC na linha da convergência com o novo sistema hegemônico mundial, tais como a liberalização econômica, a adesão aos regimes internacionais e a reorganização da estrutura política interna do Brasil para “acomodar” os grandes temas, ocorreram dentro de uma lógica que visava a estabelecer o Brasil como um ator global. Dessa forma, seria possível concretizar a inserção brasileira de modo seguro, ao passo que o objetivo de desenvolver a nação ainda seria sustentado.

Todavia, apesar do êxito em implementar as reformas tanto intelectu-

almente quanto de maneira concreta, cabe ressaltar que os resultados esperados não foram atingidos. As reformas sugeridas como soluções pelo Consenso de Washington foram empreendidas no Brasil ao longo de toda a década de 1990, mas os resultados ficaram aquém do ideal. Segundo Teixeira e Pinto (2012), as reformas de FHC:

[...] produziram uma situação de instabilidade macroeconômica permanente, [...] dada a elevada vulnerabilidade externa da economia no período, abalada frequentemente pelas turbulências do mercado financeiro internacional, às quais se respondia com juros elevados (para atrair o capital estrangeiro ou desestimular sua fuga) e contenção de gastos e investimentos públicos. Isso conduziu à explosão da dívida pública externa e principalmente a interna. O resultado foi a expressiva queda da formação bruta de capital da economia como porcentagem do PIB, entre 1995 e 2002, elevado desemprego e baixas taxas de crescimento, além da deterioração fiscal (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 916).

Evidencia-se, portanto, a dependência brasileira dos investimentos das potências econômicas, especialmente dos Estados Unidos. Uma vez que, se por um lado, a realização das reformas que correspondiam ao Consenso de Washington geravam algum dinamismo econômico, por outro— dado que os países periféricos passam a serem vistos não como oportunidades para investimentos produtivos, mas sim como

plataformas de valorização financeira— a aguda afluência de investimentos externos conduziu não a um novo ciclo de investimentos industriais e crescimento econômico, mas sim a uma fragilidade financeira externa e à instabilidade macroeconômica permanentes.

Reitera-se, então, que ao longo dos anos 1990, o peso que a corrente neoliberal ganhou por conta da vitória americana na Guerra Fria foi fator definitivo. No caso brasileiro, o modelo do Estado participativo e altamente protecionista economicamente entrou em crise, pois não haveria, a partir de então, modo de tornar essa postura sustentável e ser competitivo no capitalismo moderno. Nos anos seguintes, a tendência foi de adaptação aos parâmetros internacionais para evitar que o Brasil ficasse isolado dos processos mundiais. No entanto, a partir do que foi exposto, verifica-se que a inserção internacional brasileira na década de 1990 se deu de forma subordinada aos interesses hegemônicos da superpotência. Se assumir-se uma perspectiva ampla desse período, o Brasil não aumentou de forma considerável suas taxas de crescimento econômico, mas produziu endividamento externo, desemprego e deterioração fiscal, ao passo que serviu de instrumento de

capitalização financeira para a superpotência.

UM PANORAMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA AO LONGO DA DÉCADA DE 1990

À guisa de uma análise mais ampla a respeito da política externa durante a década de 1990, importa explicitar duas derradeiras reflexões sobre potenciais incorreções e adversidades que foram capazes de exercer influência na inserção internacional brasileira na década de 1990 e, quiçá, na própria realização do projeto nacional de crescimento econômico e projeção internacional. A primeira, de perspectiva fundamentalmente divergente do modelo implementado, remete ao modo caótico, em certa medida, como o país lidou com a adaptação aos desdobramentos do sistema internacional. Com a crise da racionalidade desenvolvimentista, a instabilidade de pensamento e estratégia externa dominaram o Itamaraty até a chegada de FHC ao poder (CERVO, 2015). Portanto, durante a década de 1990, a racionalidade da política externa brasileira não foi homogênea, e Amado Luiz Cervo (2015) argumenta que é possível identificar três linhas de força de ação externa durante o período: o desen--

volvimentismo, o Estado Normal e o Estado Logístico.

A dança dos paradigmas, ou a coexistência de mais de uma linha de pensamento em um mesmo período histórico, representa as dificuldades que o Itamaraty enfrentou para assumir uma posição no novo formato do sistema internacional (CERVO, 2015). Em um momento inicial, é possível observar resíduos do pensamento desenvolvimentista em crise, contudo, a ascensão de governos neoliberais por toda a América Latina marcou a ruptura com o paradigma desenvolvimentista e o surgimento do *Estado Normal*, que consiste em um modelo que possui três parâmetros de conduta: subserviente, pois sujeita-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo; destrutivo, uma vez que dissolve o núcleo central da economia nacional; e regressivo, já que reserva para a nação o setor primário da iniciativa privada nacional (CERVO, 2015). Dessa forma, cabe considerar que as reformas promovidas por Fernando Collor e FHC foram, sobretudo, os pivôs de uma série de danos causados à autonomia econômica e política do país.

Por outro lado, entender de modo mais amplo as percepções deixadas pelas reformas realizadas pelo Brasil impõe considerar, também, a perspectiva que o

setor neoliberal tem da década de 1990. Nesse sentido, Viola e Leis (2007) argumentam que as condições para um crescimento econômico sustentável dependem de quatro elementos, quais sejam: inflação baixa e estável, equilíbrio intertemporal fiscal e do balanço de pagamentos com abertura econômica crescente e baixa carga tributária. No entanto, o fato é que o processo de amadurecimento do Brasil com relação a esses elementos se dá de forma lenta, uma vez que o Brasil detém uma das maiores cargas tributárias do mundo—o que desestimula investimentos de produção e reduz a produtividade da economia—e ainda é bem disseminada no país a ideia de que a balança de pagamentos somente é considerada “saúdável” se estiver repleta de superávits, mas não necessariamente significa equilíbrio fiscal intertemporal, já que o país ainda apresenta considerável déficit nominal e grande estoque de dívida, sendo o crescimento contínuo das exportações e importações uma solução mais eficiente (VIOLA; LEIS, 2007).

De modo paralelo, houve reformas sugeridas pelo Consenso de Washington, de ordem primária e secundária, que não foram implementadas pelos países latino-americanos tanto porque deliberadamente optaram por não as

implementar quanto por conta de fatores que dificultaram sua execução. De acordo com Williamson (2004), o mercado de trabalho se tornava cada vez mais marcado pela informalidade, a reforma fiscal não foi executada de maneira suficiente a ponto de gerar as reservas de capital para passar por momentos difíceis e havia toda a agenda de reformas de segunda geração, envolvendo o fortalecimento das instituições que garantam as bases para o crescimento voltado para o mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o que fica claro, ao observar-se as análises de ambas as linhas de pensamento, é que a reestruturação pró-mercado da política brasileira não foi capaz de atender as demandas tanto do grupo desenvolvimentista quanto do grupo neoliberal. O investimento no modelo hegemônico que Viola e Leis (2007) chamam de democracia de mercado não gerou os frutos esperados muito em função da imaturidade brasileira em relação aos conceitos liberais de mercado, o que implicou reformas incompletas que geraram condições de fragilidade econômica. Portanto, reitera-se a compreensão de que o processo de

inserção do Brasil à nova ordem econômica mundial foi conduzido de maneira dependente da superpotência americana, produzindo altos custos econômicos e sociais.

NOTAS

¹ Graduado em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília.
E-mail: matheusmoraes85@gmail.com

² Portella (1992, p. 103) afirma que: “O cerne das críticas foi centralizado no papel do Estado, visto como sufocante. Investimentos públicos excessivos teriam provocado escassez na poupança disponível para o setor privado. Empresas públicas assumiram setores que poderiam ter sido ocupados pelo setor privado. A proteção do Estado às empresas nacionais teria reduzido sua competitividade externa, desestimulando as exportações. A América Latina passou a ter pouca moeda estrangeira para financiar seu desenvolvimento”.

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 135-146, dez. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292002000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/fvD3ZxTMx79JzdCxS4rZTSt/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021.

BATISTA, Paulo N. A Política Externa de Collor: Modernização ou Retrocesso? **Revista de Política Externa**, [S.L.], vol. 1, n.4, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Relatório**. Brasília: Comissão Especial do Senado Federal para a Dívida Externa, 1988.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 5.ed. rev. e amp. Brasília: UnB, 2015.

CORRÊA, Luis Felipe de Seixas. A Política Externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (org.). **Sessenta Anos de política Externa Brasileira (1930-1990)**: crescimento, modernização e política externa. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 512-560.

MATTOS, Thais Caroline Lacerda. **O Projeto de Reforma Liberal no Governo Collor de Mello**: uma reflexão acerca da mudança estratégica na política externa brasileira no contexto nacional de reformas (1990-1992). 2015. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiiisemanaderelacoesinternacionais/oprojeto-da-reforma_thais-caroline.pdf. Acesso em: 4 out. 2021.

PAULANI, L.M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 67-107. ISBN: 978-85-7541- 612-9. doi: 10.7476/9788575416129.0004. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129-04.pdf>. Acesso em: 4 out. 2021.

PORTELLA FILHO, Petrônio. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, [S.L.], n. 32, p. 101-132, abr. 1994. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451994000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/XWq9bmGTrn69ZtbkQy39zCm/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2021

SALLUM JÚNIOR, Brasília. O Governo de Itamar e a Democracia de 1988. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, vol.11, n.1, p. 279-303, jan./abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11n1>. Disponível em: http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wpcontent/uploads/2021/04/v11n1_completa.pdf. Acesso em: 5 out. 2021.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico.** 2012. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2012/006_2012_IE_Teixeira_Pinto_2012_TD006.pdf. Acesso em: 4 out. 2021.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, dez. 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 31-61, nov. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702003000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/mvGDVSGydQkVyxxCSjxyQ9f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. **Sistema internacional com hegemonia das democracias de mercado: desafios de Brasil e Argentina.** Florianópolis: Insular, 2007.

WILLIAMSON, John. **The Progress of Policy Reform in Latin America**, Washington, DC: Institute for International Economics, January, 1990, p. 9-10.

WILLIAMSON, John. Nossa agenda e o Consenso de Washington. In: KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John (orgs.) **Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma da América Latina.** São Paulo: Saraiva, 2004.

AS IMPLICAÇÕES DAS QUESTÕES DE ENERGIA NA MANUTENÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ORIENTE MÉDIO

Geovana Carvalho Dias¹

Lorrynny Mendonça Olegário Campos²

RESUMO

Em uma sociedade onde a energia elétrica é a responsável pelo funcionamento de um conjunto atividades básicas, sendo uma peça essencial para a manutenção do bem-estar populacional, a sua ausência traz consequências severas. A proposta desse artigo é compartilhar e discutir informações sobre a crise energética que vem afetando o Oriente Médio, mais especificamente os países Irã, Iraque e Líbano, onde grupos de pessoas vem sofrendo dia após dia com o descaso energético de seus governos, devido à má gestão dos recursos disponíveis.

Palavras-chaves: Energia, Direitos humanos, Educação, Direito, Oriente Médio, Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O homem vem, ao longo de anos, modificando seu padrão de vida, utilizando a tecnologia para viver mais e melhor (BRAGA, B. 2005). Consequentemente, tornando-se essencial para a manutenção da qualidade de vida humana.

No dia 08 de outubro de 2021 em Genebra, a ONU (Organização das nações Unidas) adotou uma declaração anunciando que, possuir um ambiente limpo, saudável e sustentável é um direito humano (PNUMA, 2021). Sendo assim, podemos afirmar que a criação e a manutenção de energias limpas e sustentáveis está diretamente ligada à conservação dos direitos humanos universais.

Por conta da sua essencialidade nos dias atuais e por estar presente na maioria dos pilares de desenvolvimento social, a energia está diretamente associada ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). A exclusão elétrica de um grupo de habitantes colabora com a migração para locais urbanos (na esperança de possuir melhor qualidade de vida) e com a evasão de diversas áreas essenciais para a subsistência de algumas comunidades.

O Oriente Médio enfrenta um

Uns em uma linha constante na busca de soluções sustentáveis e progresso, outros na procura da sobrevivência. Países como Irã, Líbano e Iêmen lutam diariamente para manter seus direitos básicos em funcionamento, como: educação e higiene básica. Ou seja, a dignidade.

O objetivo desse artigo é mostrar a valorosa importância de saber os efeitos da falta de eletricidade em uma sociedade; e que questões sociais, econômicas e ambientais estão atreladas quando se trata de energia. Um país sem luz, é um país em declínio. econômicas e ambientais estão atreladas quando se trata de energia. Um país sem luz, é um país em declínio.

“Without electricity, this place dies.”
Abdelkarim al-Zoubi

COMO A FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA AFETA A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS DO ORIENTE MÉDIO

Cidadãos de diversos países do Oriente Médio, como os iraquianos, no início de 2021 foram às ruas, colocando as suas vidas em risco, para protestar contra os apagões sofridos em suas regiões.

“As famílias relataram acordar grogue no meio da noite quando a energia é repentinamente ligada para lavar roupa, fazer transações comerciais em computadores, carregar telefones ou apenas tomar banho e dar descarga em vasos sanitários, até que a eletricidade, tão imprevisível quanto, desligue novamente. [...] Os desafios em breve aumentarão com o aumento da demanda por energia e ar-condicionado à medida que as temperaturas no verão atingem cento e vinte e cinco graus Fahrenheit” (WRIGHT, R. 2021, tradução nossa).

Como consequência da crise, comerciantes e hospitais são os mais afetados por toda a crise. “If the power goes out, we lose everything, so we have to keep these lights on [...]”, disse Abdulkarim al-Zoubi, um vendedor ao Washington post.

Isso nos mostra de forma clara a revolta de povos que estão desamparados e com sua qualidade de vida afetada pelas interrupções energéticas diárias. Mais prejudicada ainda em famílias pobres que não possuem dinheiro para comprar energia e armazená-la, aumentando assim, a desigualdade no país.

UTILIZAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NO ORIENTE MÉDIO

Antemão, precisamos entender os motivos que levaram à crise energética em alguns países do Oriente Médio.

Autores afirmam que:

[...] as Infraestruturas são velhas ou inadequadas. [...] As guerras díspares da região, passadas e presentes, danificaram ou destruíram redes elétricas. Alguns governos, mesmo no Iraque, não podem pagar o custo de abastecer usinas 24 horas por dia. A corrupção épica agravou os desafios físicos. Os políticos têm atrasado ou impedido soluções se seus comparsas não conseguirem contratos para abastecer, manter ou construir usinas de energia (WRIGHT R., 2021, tradução nossa).

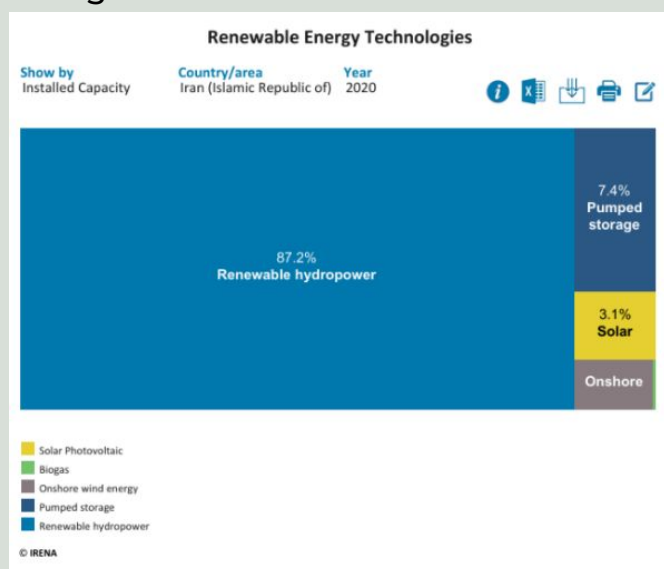
No Líbano esta crise econômica eclodiu em 2019 como resultado da corrupção, má gestão e inação sustentada das políticas. De acordo com o Banco Mundial, a crise se tornou uma das três catástrofes econômicas mais graves desde 1850, com a moeda do Líbano despencando 90%. A falta de energia também teve implicações sem precedentes para a segurança humana (GEORGIA, S. 2021, tradução nossa).

Além disso, A seca prejudicou a geração hidrelétrica. As crises econômicas que afetam vários países, mostram que os governos estão lutando para comprar o combustível necessário para gerar energia (FAHIM, K. et al., 2021, tradução nossa).

Levando em consideração a estiagem que ocorram e observando a distribuição de energia renovável de três (Irã, Iraque e Líbano) dos quinze países que compõem o Oriente Médio, mais de

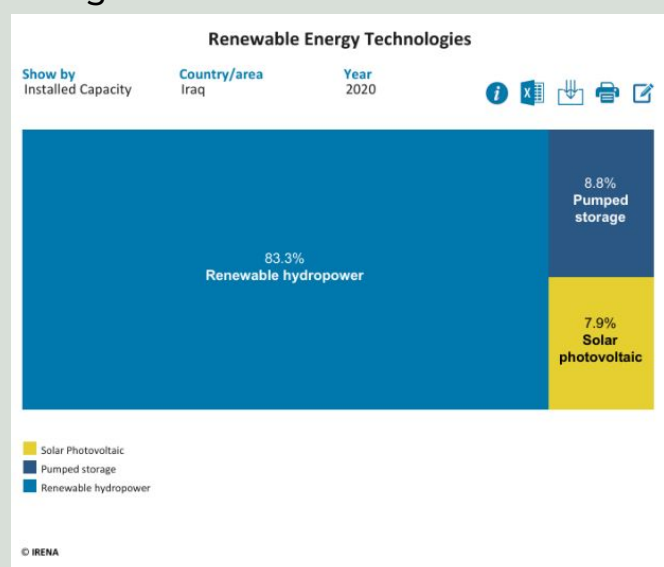
70% das suas distribuições tecnológicas sustentáveis são compostas por hidrelétricas.

Figura 1- Tecnologias renováveis de energia



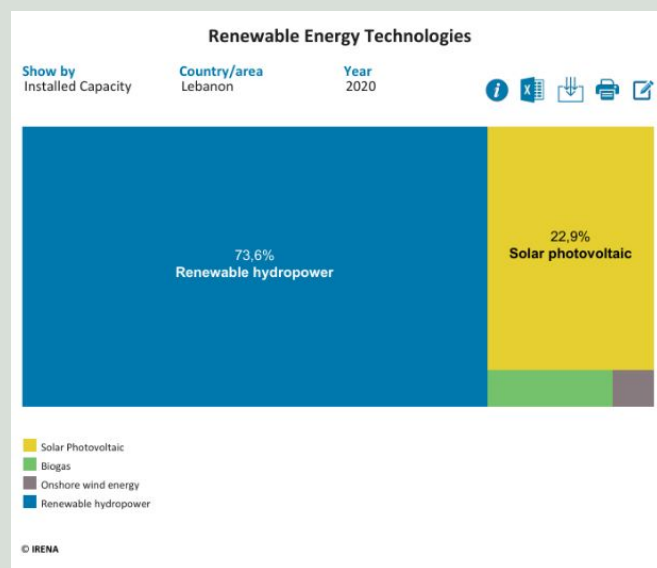
Fonte: IRENA (2021). Disponível em: <https://www.irena.org/Statistics>

Figura 2- Tecnologias renováveis de energia



Fonte: IRENA (2021). Disponível em: <https://www.irena.org/Statistics>

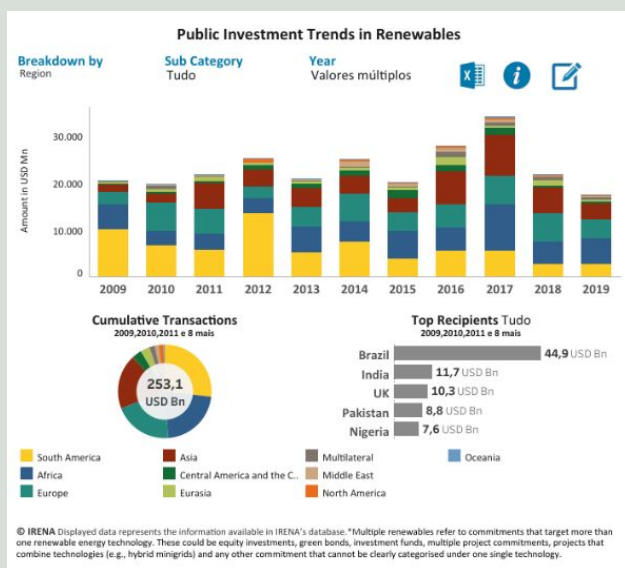
Figura 3- Tecnologias renováveis de energia



Fonte: IRENA (2021). Disponível em: <https://www.irena.org/Statistics>

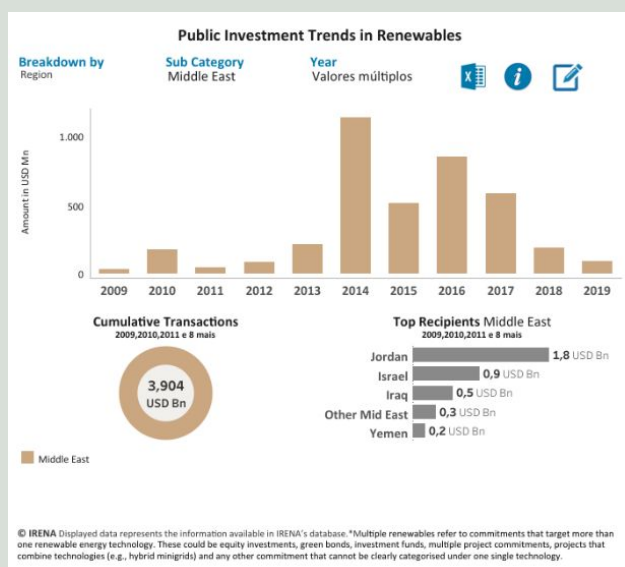
Percebemos claramente o quanto crises hídricas afetariam e afetam essas regiões, não apenas com os apagões, mas com o alto preço das tarifas a serem pagas, mesmo com o serviço precário disponível. Se compararmos os investimentos feitos pelo Oriente Médio em energia renovável com o resto do mundo, temos o território representando apenas 2% do investimento mundial.

Figura 4- Tendências de investimento público em energias renováveis



Fonte: IRENA (2021). Disponível em:
<https://www.irena.org/Statistics>

Figura 5- Tendências de investimento público em energias renováveis



Fonte: IRENA (2021). Disponível em:
<https://www.irena.org/Statistics>

SOBREVIVÊNCIA HOSPITALAR ASSOCIADA À PRECARIEDADE ENERGÉTICA

A saúde da população também é afetada pelas quedas de energia, levando à morte e ao caos. Além dos problemas já causados pela COVID-19, países como o Líbano enfrentam uma dificuldade dupla com a falta de energia. A escassez de energia teve consequências devastadoras para o setor de saúde. Suleiman Haroun, chefe do sindicato dos hospitais privados, disse: “Os hospitais funcionam dia a dia, muito poucos têm energia suficiente para 2 ou 3 dias” (SMITH, G, 2021, tradução nossa).

Em um vídeo de celular [...], um médico de UTI em Teerã afirmou que pacientes em uma unidade de cuidados intensivos morreram quando os ventiladores foram cortados como resultado das interrupções. “Encontramos essas cenas muitas vezes”, escreveu o médico, Mohamadreza Hashemian, em uma postagem na mídia social que foi citada por meios de comunicação iranianos. (FAHIM, K. et al., 2021, tradução nossa). Como rotina, a luta diária pela vida é algo comum para cidadãos desses países.

PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS NO ORIENTE MÉDIO E O IMPACTO NA EDUCAÇÃO CAUSADO PELO DESCASO ENERGÉTICO

Após a Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional sentiu-se compelida a criar mecanismos de proteção aos direitos fundamentais frente às violações resultantes do conflito como a grande quantidade de apátridas, refugiados e órfãos desamparados que abarrotavam as ruas e centros de assistência humanitária. Criada a Organização das Nações Unidas em 1945, posteriormente foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 que em seu corpo tutela prerrogativas inerentes à condição humana, inclusive o acesso à educação de forma igualitária. Conforme o ordenamento jurídico internacional, a manutenção dos direitos humanos em um país como fundamento do Estado é norma *ius cogens* (de cumprimento obrigatório, fica excluído o arbítrio individual, ainda que o beneficiado desta norma queira afastar-se dela).

A educação recebe tratamento especial pelas Convenções Internacionais, uma vez que é garantida em todos os níveis (da educação básica ao nível superior e profissionalizante), de acesso universalizado independente de sexo, cor, língua, etnia ou status social e econômico. No Oriente Médio, porém, questões como a escolarização ficam em um plano secundário diante das tensões

civis, políticas e militares nesta parte do globo, haja vista a diversidade cultural e religiosa, assim como o processo de formação histórica desses povos. Como forma de se posicionarem após pressões políticas, a comunidade islâmica no Oriente Médio instituiu a Declaração Universal Islâmica de Direitos Humanos de 1990, sob a égide de preceitos religiosos baseados na Sharia; ela garante direitos básicos, contudo podem ser relativizados e transpostos por regras do islão (são normas com preceitos abertos que dispõem de “brechas” para violações de direitos).

A respeito da carta islâmica, é assegurado no artigo XXI o direito a receber educação “de acordo com suas habilidades naturais” e ainda de poder escolher sua carreira conforme “suas inclinações naturais”. Tais expressões tornam-se pretexto para exclusão ou ainda como subsídio a fim de impor restrições a grupos minoritários como mulheres, e principalmente aqueles economicamente vulneráveis, a obterem uma educação de qualidade ou exercerem profissões que são estigmatizadas pelo gênero ou classe social, elitizando ofícios. A exemplo, durante o regime Talibã no Afeganistão em meados de 1990, as jovens eram restritas às profissões da área da saúde

para atender exclusivamente outras mulheres. Além das condições políticas e culturais, problemas estruturais como falta de saneamento básico, alimentação e questões energéticas implicam diretamente na qualidade de vida das populações no Oriente Médio.

Segundo Robin Wright (2017), há relatos sobre a dificuldade com que estudantes na região do Oriente, como em partes da Líbia, Síria, Afeganistão e outros, sofreram com a falta energética. Alunos ficaram restringidos de irem às escolas, os aquecedores não funcionavam durante a época de inverno, a iluminação era precária e à base de velas, além de problemas relacionados ao acesso à internet como fonte de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se das informações suscitadas que o Oriente Médio, apesar de ser uma região rica em recursos energéticos, sofre com a gestão de seus subsídios e consequentemente impacta na vivência plena dos direitos humanos de sua população. A garantia de subsistência básica e a mínima promoção das liberdades fundamentais são primados do ordenamento jurídico internacional, contudo a conjuntura política de tais países aliados às questões culturais, religiosas e econômicas dificultam o acesso dos cidadãos a estes meios. Nas palavras do Jornalista redator

do artigo da revista “The New Yorker” citado anteriormente no presente trabalho:

“[...] A região mais volátil do mundo enfrenta um desafio que não envolve armas, milícias, senhores da guerra ou derramamento de sangue, mas também destrói sociedades. O Oriente Médio, embora rico em energia, não tem mais eletricidade suficiente. De Beirute a Bagdá, dezenas de milhões de pessoas agora sofrem interrupções diárias, com um impacto paralisante em empresas, escolas, assistência médica e outros serviços básicos, incluindo água encanada e esgoto. Poucas obras sem eletricidade.” (WRIGHT, R.; 2021, tradução nossa).

A respeito da educação, esta é reconhecida como direito fundamental inerente à condição humana, devendo ser resguardada a todos. De acordo com o pensador Immanuel Kant o ser humano é aquilo que a educação faz dele, e neste ínterim percebe-se que esta tem o papel de transformar a sociedade e formar o cidadão para exercer seus direitos na ordem civil, uma vez privado deste direito o ser humano torna-se restringido de atuar ativamente na formação da vontade do Estado e, portanto, marginalizado das questões políticas e sociais de sua comunidade. O homem, para Aristóteles, é um animal político que exerce seus direitos na pólis (“cidade” do original em grego), entretanto sem educação acerca de suas prerrogativas e deveres este torna-se ignorante e acomo-

dado ao sistema.

A ignorância advinda da falta de acesso à educação é uma arma opressora de países antidemocráticos contra seu povo, e essa é a situação escancarada da realidade vivida por jovens e crianças do Oriente Médio que são subjugados à condição de vulnerabilidade e flagrante violação dos direitos humanos, e ainda a pouca e restrita educação ofertada é controlada pelo detentor do poder estatal. Logo, insurge o alerta à comunidade internacional para atentar-se aos oprimidos do Oriente Médio, o valor de cada vida é imensurável independente de sua origem, etnia ou condição financeira, portanto, intervir de forma a promover os direitos humanos concretamente para além de um discurso ensaiado perante chefes de Estado nas reuniões da Organização Mundial das Nações Unidas.

² Graduada em Direito pela Universidade Católica de Brasília.

Email: lorrynnymendonca@gmail.com

-

NOTAS

¹ Graduanda em Engenharia de Energia pela Universidade de Brasília e Graduada em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Católica de Brasília.

Email: geovanacdias22@hotmail.com

Referências

PNUMA. **UNEP**. Declaração da Diretora Executiva do PNUMA sobre o reconhecimento do Direito a um Meio Ambiente Saudável. [S.l.]. PNUMA, 2021. Disponível em:
<https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/discurso/declaracao-da-diretora-a-executiva-do-pnuma-sobre-o-reconhecimento-do>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SMITH, G. **The Organization for World Peace**. The Devastating Effects Of Lebanon's Energy Crisis. [S.l.]. The Organization for World Peace, 2021. Disponível em:
<https://theowp.org/reports/the-devastating-effects-of-lebanons-energy-crisis/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

WRIGHT, R. **The New Yorker**. The Lights Are Going Out in the Middle East. [S.l.]. The New Yorker, 2021. Disponível em:
<https://www.newyorker.com/news/news-desk/the-lights-are-going-out-in-the-middle-east>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LOVELUCK, L., FAHIM, K., AND DADOUCH, S. **The Washington Post**. Power outages cripple parts of the Middle East amid record heat waves and rising unrest. [S.l.]. The Washington Post, 2021. Disponível em:
https://www.washingtonpost.com/world/middle-east/middle-east-electricity-crisis/2021/07/23/d4dfd9f4-de74-11eb-a27f-8b294930e95b_story.html. Acesso em: 18 nov. 2021.

IRENA. **IRENA, International Renewable Energy Agency**. Data & Statistics. [S.l.]. IRENA, 2021. Disponível em:
<https://www.irena.org/Statistics>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRAGA, B. et al. **Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo:Pearson. 2005.

Ponto de Vista Jurídico | Caçador | v.9 | nº 2 | p. 95 - 104 | jul./dez. 2020

“Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – **Encontros. 2. Direito Internacional. 3. Direitos Humanos. I. Encontro Nacional do CONPEDI** (25. : 2016 : Brasília, DF).”

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNICEF**. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasil: UNICEF, 2021. Disponível em:
<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 25 nov. 2021.

RESENHA

MROS, Günther Richter. O Brasil nas guerras dos outros. Itapiranga – SC: Schreiber, 2013.

Sabrina Monteiro de Sousa¹

A balança de poder da ordem internacional foi continuamente movida por potências do continente europeu, todavia, ao longo do tempo, mudanças sistêmicas devido a sua instabilidade proporcionaram a participação de novos atores. Conflitos internacionais, como a Era Napoleônica demandaram uma reordenação na Europa, por meio do Congresso de Viena (1814-1815), tendo assistência dos principais Estados europeus, na ocasião, o que se refere à Áustria, Prússia, Rússia, Grã-Bretanha e França. A partir disso, essas potências assumiram a liderança de conferências com disposição para a paz e segurança do sistema internacional.

O surgimento de uma nova ordem com a Primeira Guerra Mundial representa, em essência, a primeira mudança sistêmica desde a última grande convenção, o Congresso de Viena. Assim, o Tratado de Versalhes permite a

representação de outros continentes atuantes na guerra, a exemplo dos Estados Unidos e do Japão. A “pentarquia”, antes exclusivamente europeia, passa a assumir caráter global, que apenas promove a alternância de alguns atores e adquirem o poder de veto com o Conselho de Segurança após a Segunda Guerra. Diante disso, Günter Mors, professor da Universidade Federal de Santa Maria, constrói em seu livro “O Brasil na guerra dos outros” o conceito de estrutura pentárquica e sua transformação de poder europeu para poder global, assumindo novos significados com as transições internacionais.

Comprometido em analisar a participação do Brasil nas grandes Guerras, Günter apresenta a ressignificação da modelagem internacional anterior aos conflitos e conforme as eventualidades, situando a

atuação do território brasileiro frente a esse ínterim. Assim, a ordem internacional do sistema recém institucionalizado por meio do Congresso de Viena passou a sofrer crises sistêmicas, visto que os impérios ansiavam por expansão territorial econômica e definição de seus conceitos individuais de nação, não satisfeitos com a estrutura vigente.

Apesar da Primeira Guerra Mundial ter como estopim o assassinato do arquiduque austríaco Franz Ferdinand, outros fatores foram significativos, como os conflitos entre potências imperialistas, o movimento pan-eslavista e o estabelecimento de alianças a partir da insegurança gerada pelo sistema internacional. Vale destacar que a construção da ideia de nação impende em todos os antecedentes desse primeiro embate internacional, por estar inerente ao poderio dos impérios e como ele se apresenta para as outras nações, em função disso destaca-se a relevância do papel das Forças Armadas. A tardia unificação italiana e alemã são exemplos de como essa definição influencia na percepção daqueles países diante das demais potências.

Nesse sentido, os embates e incertezas em virtude da caixa preta do Estado incidem na Primeira Grande

Guerra. Esta não se restringe apenas aos campos de batalha, mas alcança os cidadãos comuns, a vida social das mulheres que ganham espaço no mercado de trabalho devido à ausência dos maridos e proporciona transformações tecnológicas em contraste com a insalubridade das trincheiras. Além disso, a guerra atuou como um artifício para a unidade popular, por via emocional, aderindo à preservação do status de sua comunidade.

O desenvolvimento da Segunda Guerra permite notar uma vulnerabilidade na segurança estabelecida com as Nações Unidas pelas hegemonias ressignificadas. A formação de ideologias em países como a Alemanha tornou o Estado uno com a vida privada dos cidadãos, pondo fim aos conceitos de liberdade e democracia. A expansão de Hitler não restrita ao território europeu, mas visando parte da África e América Latina evidencia esse olhar apático da pentarquia à Segunda Guerra que estava se constituindo. Entretanto, diferente do fim da Primeira Guerra, a reordenação da paz internacional se deu sob a autoridade das principais potências envolvidas, a partir de Conferências “secretas”, como a de Teerã, Yalta e, a mais importante para os

princípios da Guerra Fria, a Conferência de Potsdam, que propôs a divisão do território alemão.

Günter define uma releitura acerca da ordem internacional de 1917 pela institucionalização e alteração da hegemonia compartilhada, mas não equilibrada, notada pelo espaço conquistado pelos Estados Unidos. Todavia, a manutenção da balança de poder agora com o veto disposto no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) dificulta ainda mais a atuação das potências regionais, que apesar de construírem um espaço no sistema internacional por meio das guerras não tiveram autoridade cedida pelas potências.

Entre as potências regionais que cumpriram papel nas guerras, mas sem reconhecimento por sua postura histórica na reordenação da paz, encontra-se o Brasil. Com influência no plano interno brasileiro, as guerras provocaram mudanças sistêmicas na construção de uma identidade nacional em uma República recente. Diante disso, Günter passa a defender a existência de um mesmo processo histórico, duas fases, mas com o mesmo foco embora marcado por governos distintos, sendo Wenceslau Braz presidente na Primeira Guerra Mundial e Getúlio Vargas na Segunda

Guerra. Os dois eventos centrais para o fim da neutralidade brasileira e declaração de guerra à Alemanha não se diferem entre os períodos, o que garante uma genuinidade à análise de Günter.

Nesse sentido, o Exército brasileiro teve de se reinventar, atuando para o afinco de símbolos que instituíssem a identidade da Nação brasileira. A fim de garantir maior integridade à essa instituição, o recrutamento antes marginalizado passou a ser uma possibilidade de ascensão social meritocrática. Sob esse aspecto, a contribuição francesa foi de suma importância para a solução de problemas internos como a ineficiente profissionalização militar.

A postura adotada pelo Brasil durante as guerras, além da reafirmação da identidade interna, trouxe um balanceamento entre relações de verdadeira cooperação e de litígios intransponíveis com a Argentina. As dificuldades de comércio geradas contribuíram para a unidade da geopolítica latina e inserção internacional das Américas, uma vez que o isolamento forçado atíçou uma reação identitária dos países. A participação na Primeira Guerra se deu de maneira tibia, a posteriori foi levada por uma pressão de Washington. A Argentina, como exceção, manteve sua

neutralidade, produzindo desconfiança em virtude do expansionismo alemão nas Américas. Uma batalha ideológica se idealizava na América Latina.

A participação efetiva brasileira nas guerras gerou no plano interno um forte antagonismo a qualquer aspecto germânico, uma vez que o país passava por uma ressignificação da sua nacionalidade, afetando os imigrantes refugiados. A influência francesa em antítese à alemã afetou inclusive a cultura e intelectualidade, atuando como formadora da opinião pública contra os crescentes imigrantes alemães e a preservação de sua cultura. Importa destacar que o “perigo alemão”, para além das barreiras comerciais, efetivou o abandono da neutralidade brasileira em troca de uma adesão às alianças ocidentais. Essa temeridade foi oportunidade para os Estados Unidos montarem uma base militar no nordeste brasileiro, este com muito anseio por tal apoio, entretanto, sem renunciar sua soberania.

A figura criada na guerra não se restringe à única maneira de um país deixar sua “marca” no pós-guerra. A atuação efetiva nos planos de paz e reintegração internacional deixam efeitos necessários para a legitimação daquela nação, e nisso o Brasil se esforçou ao

entrar nas Guerras dos outros. Viabilizando, afora do apoio estadunidense, papel de liderança nas organizações internacionais a serem reafirmadas, com ambição na Sociedade das Nações Unidas, ainda que o único país da América Latina a declarar guerra à Alemanha, a elevação dos interesses nacionais na pentarquia global impossibilitou a representação brasileira como membro permanente do Conselho de Segurança.

Sob tal perspectiva, nota-se que uma postura neutra não sobrevive por muito tempo em potências emergentes, tendo em vista a fragilidade dos interesses nacionais quando comparados com os das grandes potências. O envolvimento como suporte atesta visibilidade no sistema internacional, criando uma imagem brasileira que perdura na contemporaneidade. A relevância de postura e discursos brasileiros com relação aos conflitos mundiais atuais e a forma como ecoam demonstram tal afirmativa.

Os princípios de pacifismo perante conflitos, cooperação, pragmatismo independente da sistemática interna, a liberdade comercial e a independência da inserção internacional são contemplações que correspondem a aspectos da participação brasileira nas guerras. Assim

o Brasil se mostra ao mundo como nação. A diplomacia contemporânea do país sustenta-se, ainda, nesses valores, assegurados por sua Carta Magna, que garante característica de permanência nacional e reproduz prerrogativa de confiança diante das inconstâncias da ordem internacional.

Por sua ação cooperativa o Brasil estabelece relações amigáveis com todo o globo, facilitando acordos que beneficiam o país, com destaque para os acordos comerciais. Exemplo disso se percebe pela participação do BRICS, onde abriga duas grandes potências globais, Rússia e China, e por relações com os Estados Unidos, este com posicionamentos opostos dos países anteriormente citados. Entretanto, essa diplomacia multilateral traz grandes responsabilidades e, em meio a conflitos, qualquer posicionamento brasileiro reflete no seu plano interno e no desenvolvimento econômico. Tal questão demanda que os representantes sejam comedidos em suas declarações públicas, evitando rompimento das relações de cooperação e integração internacional, além dos impactos no mercado.

Isso, todavia, não infere que o Brasil seja um país apático à posicionamentos, mas que uma postura ativista e de cunho ideológico no cenário internacional se

distingue da diplomacia pragmática tão arduamente conquistada pela atuação nas guerras. Esse pragmatismo visa os interesses do país e não de seus representantes políticos, busca relações e negociações que sejam vantajosas independente de conveniência individual partidária.

Vale destacar que o caráter expansionista sob influência de ideais nacionalistas ainda assume problemáticas na contemporaneidade. Incide um anseio por revanchismo e restauração de poder, principalmente territorial, que fragiliza as relações internacionais e põe em risco a iminência de uma nova guerra mundial. Identifica-se tal desequilíbrio nas ameaças russas, que apenas adquiriram intensidade nos últimos anos e foram tomadas com relevância pelas potências globais, visto o infortúnio que atinge a Europa. Mais uma vez a “pentarquia global” ignora as evidências de um conflito que por efeitos da globalização afeta todas as nações.

O discurso de que as potências não desejam hegemonia e mostram-se favoráveis à multipolarização se invalida quando comparado com situações de caráter tão realista quanto a anteriormente citada. A mesma postura identificada no fracasso da Liga das

Nações, ainda no pós-Primeira Guerra, de potências não se incorporando por não conter um poder forte ou centralizador se contrasta com o cenário atual, em que as principais hegemonias detêm a responsabilidade mais importante do poder de veto. Talvez esse tenha sido o único motivo pelo qual a Organização das Nações Unidas conseguiu superar o colapso da Liga das Nações.

Todavia, o poder garantido pelo direito de veto no Conselho de Segurança vê-se como insuficiente para países expansionistas e insatisfeitos com o status quo contemporâneo. A fragilidade dos interesses das potências marginalizadas nas Nações Unidas, que em sua maioria defendem princípios de pacifismo, põe a narrativa bélica mais em voga e dificulta a proposição de soluções pacíficas para conflitos e defesa da paz.

Quando se trata de forças e defesa nacional toda ordem e segurança internacional passam por um desmonte e, nesse sentido, a hegemonia se torna a melhor forma de defesa de sua nação. O sistema internacional sempre se caracterizou pela sua fluidez, hoje tal afirmativa não perde seu valor. Diante disso, impende ao Brasil obediência à sua diplomacia pragmática, princípios assegurados pela Carta Magna, que como defendido por Günter, elevou o prestígio

do país e está interligada à construção narrativa dos seus interesses.

NOTAS

¹ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília.

